

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Sessão de 29/junho/2021

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

## ATA Nº 23

### SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

#### REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, compareceram para realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar, presencialmente o Presidente e 1ª Secretária da Mesa da Assembleia e os líderes dos Grupos Municipais do PS, VALENTIM, CDU, BE e CDS-PP e por videoconferência os restantes Deputados(as) da Assembleia Municipal e Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

-----A Mesa foi constituída como segue:-----

-----Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1ª Secretária: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Líderes que compareceram presencialmente: Fernando Alício Barreira Morais (PS), David Manuel da Rocha Santos (VALENTIM), Maria Olinda Soares de Moura (CDU), João Pedro de Andrade Pinho da Silva (BE), Manuel Pedro Ferreira Carvalho, em substituição de Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira (CDS-PP). -----

----- Deputados(as) presentes por videoconferência: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Carmina Maria dos Santos Lopes, Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio, em substituição de Cecília Bibiana Martins da Silva, Diogo Alexandre Lages Augusto, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Maria Amélia Moreira Santos Ribeiro, em substituição de Fernando Cerqueira, Joana Daniela Baldaia de Resende, Cristina Ribeiro Coelho, em

25 DEV 2021



Assembleia Municipal

substituição de Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Manuel de Sousa Ramos Meireles, em substituição de José Manuel Cardoso Alves Pereira, Carlos Miguel Pereira Taveira, em substituição de Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Joaquim Fernandes Figueiredo, em substituição de Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Sara Cristina Oliveira dos Santos, Telmo Afonso da Mota Viana, Valentina Sanchez Silva, Vitor Cândido Coelho Guerra.-----

----- Por inerência estiveram presentes os Presidentes de Junta de Freguesia, Senhores: Francisco Alves Laranjeira (Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Rio Tinto), Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira, (Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Foz do Sousa e Covelo), Felisberto Almeida, em substituição de António José Ribeiro Bráz (Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (Melres e Medas). -----

-----Verificou-se a ausência do Senhor Deputado Graciano Sebastião Cardoso Martinho. --

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2021 (5ª FEIRA), PELAS 21H30M, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

**A-** Período de Antes da Ordem do Dia

**B-** Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação das atas da sessão anterior (03-12-2020 e 10-12-2020)
2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
  - a) Mapa de Fluxos de Caixa – 1ª Revisão Orçamental 2021;
  - b) Mapa de Pessoal para o ano de 2021 – Primeira alteração;
  - c) Terrenos – Desafetação de parcela com a área de 7,86m<sup>2</sup>, sita na Rua dos Pereirinhas, na Freguesia da Lomba - Proposta;
  - d) Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Adesão e Pagamento de quota;
  - e) “Lugares de estacionamento autorizado na via pública” – Isenção total do pagamento de taxas – Para conhecimento.
3. Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Plano de Atividades e Orçamento 2021 – Para conhecimento.
4. Conselho Municipal de Educação de Gondomar – Eleição do Presidente de Junta/ União de Freguesias em representação das Freguesias do Concelho.
5. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, em conjugação com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (dezembro de 2020 e janeiro de 2021).

**C-** Período depois da Ordem do Dia

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,



(Aníbal Jaime Gomes Lira)

-----Foi verificada a identidade e legitimidade do Senhor **Manuel Pedro Ferreira Carvalho**, que esteve presente em substituição do Deputado Senhor Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, cujo documento fica anexo a esta ata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25.FEV.2021



## TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e cinco dias do mês *fevereiro* do ano *dois mil e vinte e um*, compareceu, em substituição do Deputado Senhor Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, o Senhor **Manuel Pedro Ferreira Carvalho**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 12380159, válido até 03 de setembro de 2029, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do CDS-PP, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

O ELEITO

-----Foi verificada a identidade e legitimidade do Senhor **Carlos Miguel Pereira Taveira**,  
que esteve presente em substituição do Deputado Senhor Licínio dos Anjos Bandeira e Silva,  
cujo documento fica anexo a esta ata. -----

25.FEV.2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

## TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e cinco dias do mês **fevereiro** do ano **dois mil e vinte e um**, compareceu, em substituição do Deputado Senhor Licínio dos Anjos Bandeira e Silva e por impedimento do Senhor Vitor Damião França Almeida, o Senhor **Carlos Miguel Pereira Taveira** residente na Rua Dr. Américo de Carvalho, nº 121, da Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova, deste Município, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através do Cartão de Cidadão nº 11235205 7 ZX5, válido até 15-07-2030, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Socialista, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

O ELEITO

25 DEZ 2021



----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **MANUEL PAIVA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MELRES E MEDAS):** Leu e entregou Voto de Pesar sobre o “Falecimento de José Manuel Pinto da Silva”, que adiante segue. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovado por unanimidade e aclamação. -----



GRUPO PARLAMENTAR  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

25 FEV 2021

*Aprovado  
por unanimidade Doc. 212  
aduncao*

### Voto de Pesar

#### Falecimento de José Manuel Pinto da Silva

Foi com profundo pesar e grande consternação, que recebemos no passado dia 20 de janeiro, a triste notícia do falecimento de José Manuel Pinto da Silva.

Homem de profundas convicções e de uma generosidade sem limites, desde muito cedo se dedicou à causa pública, tendo entre outros, desempenhado os seguintes cargos:

Secretário da Junta de Freguesia de Medas, de 1989 a 1993;

Presidente da Junta de Freguesia de Medas, de 1993 a 2001;

Deputado da Assembleia Municipal de Gondomar, de 1993 a 2009;

Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Melres Medas, de 2013 a 2017;

Vereador sem pelouro na Câmara Municipal de Gondomar, de 2013 a 2020.

Foi ainda dirigente de várias Associações e um colaborador sempre ativo do Movimento Associativo do Alto Concelho, particularmente de Medas.

Cidadão de corpo inteiro, defensor acérrimo dos valores da democracia e da liberdade, foi um verdadeiro exemplo de dádiva à comunidade, pugnando sempre pelo desenvolvimento do seu Concelho e principalmente da sua terra, Medas.

A melhor forma de honrar a sua memória, é ter sempre presente o seu exemplo.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Gondomar, propõe:

Que esta Assembleia, reunida em Sessão Ordinária em 25 de fevereiro de 2021, aprove um voto de pesar, em sua homenagem.

Que desta deliberação, seja dado conhecimento à sua Esposa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

-----**MANUEL CARVALHO (CDS-PP):** Eu tenho uma questão a colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que até já lhe mandei por mensagem e WhatsApp, mas não obtive feedback, tem a haver com uma situação que ocorreu nas últimas Eleições Presidenciais. -----

----- Eu gostaria que me esclarecesse, até porque foi o único caso, que eu tenha conhecimento, no Concelho e até no próprio Distrito do Porto, que ocorreu em Baguim do Monte, onde houve um sorteio para as Eleições Presidenciais, em que foram convocados os partidos políticos e, supostamente, numa Eleição Presidencial não concorrem partidos políticos, mas sim pessoas. -----

----- Eu gostaria que me esclarecesse qual foi o critério usado para Baguim do Monte, que não foi utilizado para as restantes Freguesias do Concelho e nos anos anteriores. E, tendo em conta que esse sorteio ocorreu, qual foi o critério de chamada dos partidos, se foi o de representação na Assembleia da Freguesia ou se o de representação na Assembleia da República, porque pelo que tenho conhecimento estiveram presentes forças políticas que não estão representadas na Assembleia de Freguesia, nomeadamente o Chega e Bloco de Esquerda e as pessoas não adivinharam que havia sorteio naquele dia. Se foi critério da Assembleia da República, a Iniciativa Liberal, o PAN e o CDS-PP também não foram convocados. Isto não tem nada a haver com a questão do lugar das mesas de voto, tem a haver com uma questão de respeito institucional do partido e, neste caso, falo como representante da Concelhia, gostaria que esse esclarecimento me fosse prestado, se fosse possível. -----

-----**VALENTINA SANCHEZ (PSD):** Eu vou apresentar dois pontos, o primeiro será questionar qual a estratégia deste Executivo para as debilidades do Conjunto Habitacional da Lomba e o segundo ponto será em relação à vacinação. -----

----- O Partido Social Democrata vem demonstrar uma grande preocupação na informação que está a ser transmitida sobre a vacinação em Gondomar, pois está a criar uma confusão e um grande desnorte aos nossos idosos e aos seus familiares. Primeiramente, a vacinação iria ser em três pontos do Concelho, pouco tempo depois seria melhor num só local, passando então para o Multiusos e agora já se diz que irá ser nos Centros de Saúde. Penso que também estarão a ser vacinadas pessoas em casa e sabemos também que foram chamados fregueses de Gaia ao Pavilhão da Lomba para vacinação. Esta confusão toda de informação está a gerar bastante ansiedade e confusão aos nossos Municípes, urge uma clarificação. Nós sabemos que este processo passa por uma concertação entre a Câmara Municipal de Gondomar, a ARS Norte e a ACES de Gondomar, mas a partir do momento em que este Executivo quer tirar dividendos da Comunicação Social, como vimos, desta situação é bom que o faça em prol dos Gondomarenses e não em prol das Eleições Autárquicas que se avizinham. Assim sendo, e estando o Presidente deste Executivo tão em cima do acontecimento questionamos especificamente: -----

-----Quantas pessoas em Gondomar ficaram elegíveis para a primeira fase de vacinação? -

-----Neste momento, quantas pessoas em Gondomar já foram vacinadas?-----

-----Qual a previsão de vacinação para o final do mês de fevereiro? Qual a previsão de vacinação para o final do mês de março?-----

-----Qual a previsão de conclusão desta fase de vacinação em Gondomar? -----

-----Questionamos também, dentro das prioridades gerais impostas pela Direção Geral de Saúde, quais são as prioridades que estão a ser seguidas em Gondomar? -----

-----E, por fim, se a Câmara tem conhecimento de algum apoio ou se, de alguma forma, está a apoiar as pessoas sem mobilidade para se dirigirem ao local de vacinação? -----

25. DEZ 2021



----- Em relação às moções do Partido Socialista, só tecer um comentário que em relação à recuperação da antiga Central de Captação votaremos favoravelmente, e, é com pena que constatamos que, em oito anos deste Executivo, ainda não há uma solução para este problema, peca por tardia. Em relação à moção, também do Partido Socialista, de Reconhecimento Público, o Partido Social Democrata questiona se nesta moção podemos votar ponto a ponto. Sem qualquer dúvida reconhecemos o trabalho de excelência aos organismos mencionados nos pontos 1, 2 e 4, nomeadamente IPSS, Bombeiros e Forças de Segurança, mas em relação à prestação deste Executivo Camarário e respetivos Presidentes de Junta terem realizado um trabalho de excelência, já não podemos concordar. Consideramos que os Executivos podiam e podem fazer mais, por todos os motivos já mencionados pelo Partido Social Democrata e que ainda vão ser mencionados, como os apoios aos Múncipes, o apoio às empresas do Concelho em pandemia, o populismo em torno da vacinação, a falha de clarificação de informação, entre outros. Assim sendo, se o Partido Socialista retirar o primeiro parágrafo da moção e o terceiro ponto votaremos favoravelmente, caso não seja retirado não teremos outra opção senão a abstenção e entrega de uma declaração de voto de modo a que fique bastante claro o reconhecimento às organizações mencionados no ponto 1, 2 e 4. -----

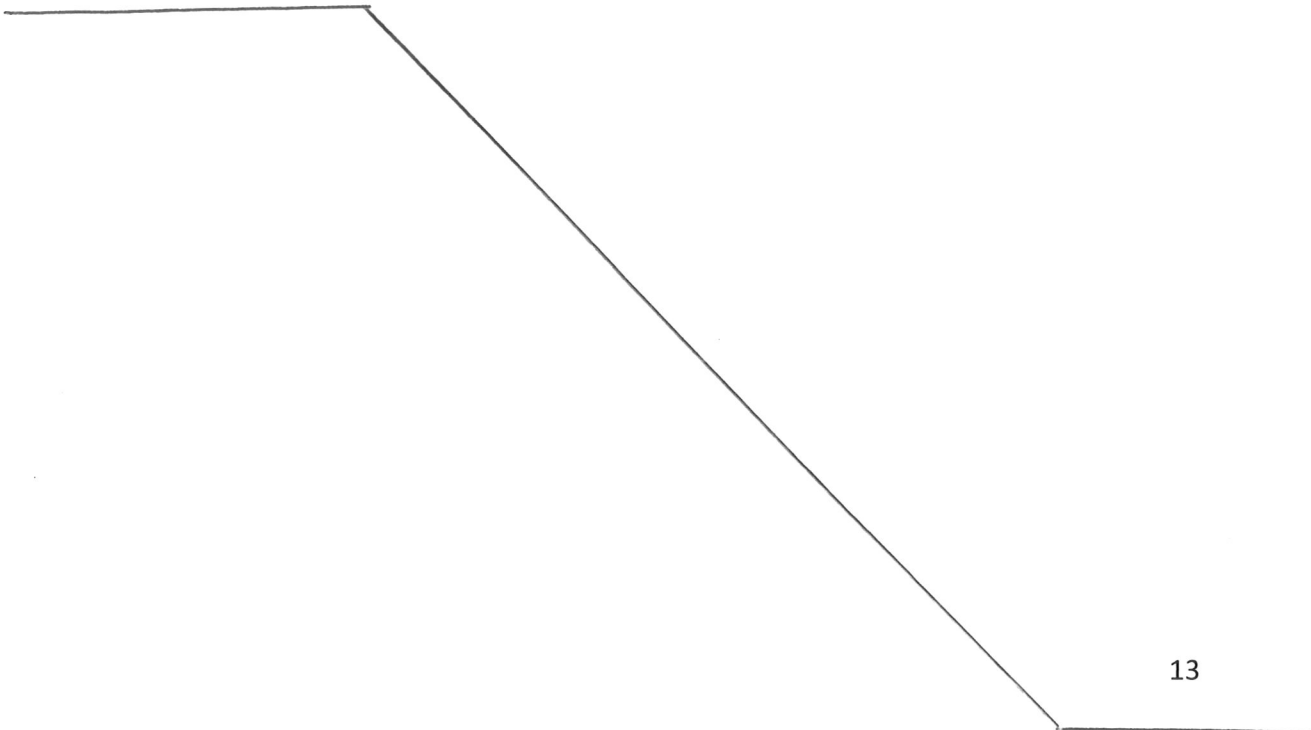
----- Em relação às moções do Bloco de Esquerda, a Gestão dos Resíduos Urbanos o Partido Social Democrata vai abster-se, porque apesar de concordar com a moratória sugerida, acredita que a melhor solução deste problema tinha passado por na altura do Orçamento de Estado, este Presidente do Executivo, ter tomado uma posição de defesa para com os nossos Gondomarenses perante o Governo, ainda por cima sendo os dois do Partido Socialista. O Partido Social Democrata foi contra este aumento para o dobro de uma só vez,

consideramos que o mínimo seria fazer este aumento progressivamente. Iremos também apresentar uma declaração de voto. -----

----- Em relação às moções do CDS, apenas comentar que em relação à Renegociação das Águas temos que nos abster, porque não estamos seguros da legalidade jurídica desta moção. -----

----- Em relação às moções da CDU, entregamos uma declaração de voto a justificar o nosso voto contra a moção das Águas, pois seria uma irresponsabilidade da nossa parte votar favoravelmente esta Moção, pois acreditamos que os contratos são para ser cumpridos. Somos favoráveis a uma renegociação de contrato de forma a aliviar as faturas dos nossos Gondomarenses, somos também favoráveis a serem realizados estudos, mas nunca estudos com tendência para o resultado que é o objetivo desta moção. -----

-----**SARA SANTOS (BE):** Leu e entregou uma Moção “Pela melhoria drástica da gestão de resíduos urbanos/ Por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos” e uma Recomendação “Pela cultura em Gondomar”, que adiante seguem. -----



## MOÇÃO

### **Pela melhoria drástica da gestão dos resíduos urbanos Por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos**

Através do Decreto-Lei nº 92/2020 de 23 de Outubro foi alterada a taxa de gestão de resíduos (TGR), passando a partir de 1/1/2021 a ter um valor de 22 euros, o dobro do montante anterior. O aumento da taxa, que é paga pelos municípios e entidades gestoras de resíduos, é apresentado como desincentivo à deposição de resíduos em aterro, que nos últimos anos aumentou acentuadamente.

A taxa de gestão de resíduos (TGR) vigora desde 2007 e pretende compensar os custos da gestão de resíduos e também estimular a separação e reciclagem de materiais, já que não incide sobre as quantidades de resíduos recolhidos de modo seletivo. Os dados do último Relatório Anual de Resíduos Urbanos indicam que a produção de resíduos urbanos (RU) em 2019 foi superior à do ano anterior e muito longe da meta de 410 kgs/hab/ano definida no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PERSU 2020). Mais de 45% dos resíduos urbanos biodegradáveis como sobras de alimentação ou folhas verdes, tiveram como destino final o aterro, muito acima do objetivo de 35%. Estes números mostram que a deposição em aterro (confinamento técnico) continua a ser o método de eliminação de resíduos urbanos mais utilizado (58%) no nosso país.

A Lipor, entidade gestora de resíduos constituída por 8 municípios da área metropolitana do Porto, tem tido um desempenho mais positivo quanto às metas do PERSU 2020: 13% dos resíduos rececionados em 2019 tiveram como destino a reciclagem multimaterial, o aterro foi o destino de pouco mais de 2% dos resíduos recebidos. e 75% foram para a valorização energética (produção de energia elétrica através da incineração). A predominância desta forma de tratamento de resíduos vai implicar a diminuição da receita obtida pela Lipor pelo fornecimento de energia à rede elétrica de serviço público, já que a produção de energia através da queima de resíduos urbanos estava abrangida por uma tarifa garantida, a qual terminará nos próximos tempos..

No município de Gondomar, e de acordo com a Pordata, a recolha seletiva na cidade (15.544 tons) corresponde a 20% do total dos resíduos recolhidos, indicando que há ainda muito a fazer para aumentar a recolha seletiva, o que se traduzirá também pela diminuição da fatura a pagar pelo município no tratamento dos resíduos.

O novo valor da TGR a partir de 2021 (22 euros/ton.) tem suscitado controvérsia, apesar deste valor se aplicar apenas aos resíduos enviados para aterro. Mas as características muito específicas da entidade de gestão de resíduos urbanos a que o município está associado (Lipor), a dificuldade de implementação em 2020 de novos métodos de recolha e tratamento de resíduos, e a necessidade imperiosa das autarquias responderem à situação social causada pela pandemia, tudo isto aconselha que o pagamento da nova taxa só passe a ser exigido no período pós-Covid 19. Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar na sua reunião ordinária de 25 Fevereiro de 2021, delibera:

- 1 – Defender uma moratória na aplicação da nova Taxa de Gestão de Resíduos de 22€/ton. para o período pós-pandemia;**
- 2 - Instar os municípios e entidades gestoras de RU a um maior empenhamento na implementação do fluxo dos bioresíduos sem aumento dos custos de operação e a reforçar, após avaliação, métodos de recolha mais eficientes (como o porta-a-porta em áreas mais densas ou depósitos de compostagem), de forma a reduzirem drasticamente os resíduos encaminhados para aterro;**
- 3 – Reivindicar que no desenho da nova política dos resíduos urbanos seja tida em conta a especificidade de gestoras de resíduos como a Lipor e seja atribuída aos municípios e entidades de gestão de resíduos urbanos uma comparticipação progressivamente mais elevada das receitas da TGR;**
- 4 – Defender a substituição da tarifa dos resíduos urbanos , atualmente definida pelo consumo da água, por uma nova tarifa mais ligada à produção de resíduos, respeitando sempre a natureza de serviço público e aplicando a tarifa social automática para os resíduos, já prevista na legislação (DL nº 147/2017 de 5 de dezembro).**



**Bloco de Esquerda**

Assembleia Municipal de Gondomar

AFV=do 10 25 FEB 2021  
manois

Favor — 37  
Conte — 2  
Abst — 1

## Recomendação

### *Pela Cultura em Gondomar*

Considerando que:

O setor da cultura tem sido um dos mais afetados pela atual situação pandémica, nomeadamente no que se refere ao encerramento dos espaços culturais e à adaptação forçada a que muitos dos agentes culturais têm sido submetidos em tempo de confinamento, consideramos que a necessidade de estancamento da pandemia, que não deve ser negligenciada, não deve descurar a atividade cultural e os apoios à mesma.

O Bloco de Esquerda, após uma análise sobre a diversificação de atividades culturais e artísticas em Gondomar, identificou que este tema requer uma intervenção. É de real importância que o meio artístico e cultural tenha alternativas para realizar as suas atividades, assim como é fundamental que a população gondomarense tenha acesso às mesmas, sobretudo num tempo de exceção, onde a necessidade de ocupação social é inerente à condição dos meios disponibilizados.

Mesmo perante as limitações provocadas pela pandemia, há concelhos nos quais o fomento da atividade cultural tem decorrido de forma adaptada, nomeadamente nos concelhos vizinhos do Porto e de Matosinhos, cujos executivos têm permitido a entrega de livros ao domicílio mediante requisição dos mesmos. Nesse sentido, há várias atividades culturais que poderão decorrer em tempos de pandemia também em Gondomar e que não passam pelo apoio financeiro.

As associações culturais em Gondomar, como as associações de teatro ou de ensinamento e de propagação musical, sofrem e continuam a sofrer com a impossibilidade de abrirem as suas portas e de conseguirem divulgar de uma forma eficiente as suas atividades, mesmo que de uma forma virtual. Além disso, o encerramento dos espaços culturais não só condiciona o acesso à cultura, como também quase o impossibilita.

Posto isto, a Assembleia Municipal reunida a 25 de fevereiro de 2021 recomenda que o executivo:

- I. Ponha em funcionamento a Biblioteca Municipal de Gondomar On-line, com a possibilidade de entrega de livros ao domicílio. Sugere-se assim a disponibilização dos livros, mediante requisição, seguindo todas as normas de segurança e higienização. Os livros deverão ser colocados num período de quarentena, após recolha, fomentando assim a confiança nos utentes deste serviço e o acesso aos

livros . A título de exemplo, como supracitado, outros Concelhos já aplicam esta prática, nomeadamente o Concelho de Matosinhos e do Porto.

Paralelamente, propõe-se a disponibilização on-line, por parte da Biblioteca Municipal de Gondomar, do acesso a alguns dos principais jornais;

- II. Que realize visitas guiadas online a museus/outros espaços culturais em Gondomar. Como o objetivo é levar a cultura a casa da população gondomarense, este tipo de evento deverá ser, preferencialmente, gratuito ou, nessa impossibilidade, contar com o pagamento de um valor simbólico). Este tipo de atividade poderá decorrer numa plataforma online que possibilite a visualização do espaço em 3D, por exemplo.



-----**MANUEL ANTÓNIO (PS):** Leu e entregou um Voto de Pesar às vítimas de COVID-19,  
que adiante segue. -----

-----



25. DEZ 2021

Doc. 3  
Afw do 102  
manuvida 1

## Assembleia Municipal de Gondomar

### Voto de Pesar

Em 2020 o mundo acordou com uma pandemia gravíssima o “COVID 19”.

Este vírus, está a causar enormes danos a todos os níveis, ceifando inúmeras vidas humanas sobretudo nas populações mais envelhecidas e enlutando um elevadíssimo número de famílias, para além de todos os problemas sociais, económicos e financeiros ao nível mundial inerentes ao mesmo.

A nível do ensino, e relativamente ao vírus, está inerente o medo com que avós, pais, filhos e netos o encaram, prejudicando logicamente os estudos, o convívio de recreio, as relações humanas que passam necessariamente pelo distanciamento físico.

Doutro modo o confinamento, está a causar danos psicológicos, geradores de sofrimento em todas as faixas etárias, sobretudo nos mais idosos que no fim da sua vida, se veem privados do seu próprio lazer e do carinho e proximidade dos seus entes queridos.

Apesar de se ter aberto uma janela de esperança com a chegada das já anunciadas novas vacinas e de existirem já um número relativamente elevado de pessoas inoculadas, considero que esta pandemia está ainda longe de ser debelada e, portanto, assim sendo:

Venho propor

- 1- Um voto de pesar em nome de todas as vítimas deste maldito vírus.
- 2 – Formular um desejo para que as farmacêuticas, deem continuidade ao trabalho que têm vindo a desenvolver na descoberta da vacina contra coronavírus e no seu fornecimento atempado para o bem das nossas populações mundiais.

Grupo Parlamentar Partido Socialista

25. DEZ 2021

-----**ANA PÃO TRIGO (PS)**: Leu e entregou uma Proposta de Recomendação “Pela recuperação da antiga Central de Captação de Foz de Sousa”, que adiante segue. -----





Assembleia Municipal de Gondomar

*Art. 4º*  
*aprovado por*  
*maioridade*

## RECOMENDAÇÃO

## Pela recuperação da antiga central de captação da Foz do Sousa

Já por diversas vezes foi abordado nesta Assembleia o tema da antiga central de captação de água e elevatória da Foz do Sousa, um edifício de arquitetura marcante e que esteve na origem da 1ª captação de água para a Cidade do Porto.

Edificada no final do século XIX, mais propriamente concluído no ano de 1887, a central funcionou como o primeiro ponto da primeira rede de abastecimento de água do Norte do País, construída pela Câmara Municipal do Porto e abastecendo mais tarde os Municípios de Gondomar, Maia e Matosinhos.

O seu funcionamento, mais tarde operado pelos criados Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Porto, decorreu até ao ano de 1985, altura em que foi substituído pela captação de Crestuma/Lever, situada na albufeira da barragem então construída.

Desde então, o edifício foi abandonado, vandalizado e grande parte do seu interior furtado, incluindo muito património industrial que ali existia.

A Câmara Municipal de Gondomar já há muito que vem insistindo junto da Câmara Municipal do Porto e da empresa Águas do Porto, sucedânea dos SMAS do Porto, para que se preserve aquele edifício, tendo sido inclusivamente já elaborados vários estudos prévios e anteprojetos para a sua reabilitação.

25.FEV.2021



**Assembleia Municipal de Gondomar**

Este edifício é, como já se disse, de arquitetura única e de um valor histórico assinalável, estando classificado como Monumento de Interesse Público (Portaria n.º 268/2010, D.R., 2.ª série, n.º 75, de 19 abril 2010) e referenciado como uma das possíveis portas de entrada do Parque das Serras do Porto, situando-se bem próximo de um dos atuais fatores de atração turística e ambiental do concelho, os Moinhos de Jancido, e do percurso da antiga linha de caminho de ferro de Midões.

É público que, após a instabilidade que se viveu há uns anos no setor da água, com a fusão dos sistemas intermunicipais de captação e distribuição em alta, voltou a ser reativada a empresa Águas do Douro e Paiva, que tem como um dos seus objetivos, a preservação do património histórico e ambiental, assim como a educação no setor da água.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 25 de fevereiro de 2021, delibera recomendar à Câmara Municipal de Gondomar que promova a celebração de um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Gondomar, a Câmara Municipal do Porto, a Águas do Porto EM e as Águas Douro e Paiva, para a recuperação daquele espaço e a criação de um centro de interpretação e educação ambiental para o setor da água, que possa servir todos os municípios associados das Águas do Douro e Paiva.

Gondomar, 25 de fevereiro de 2021

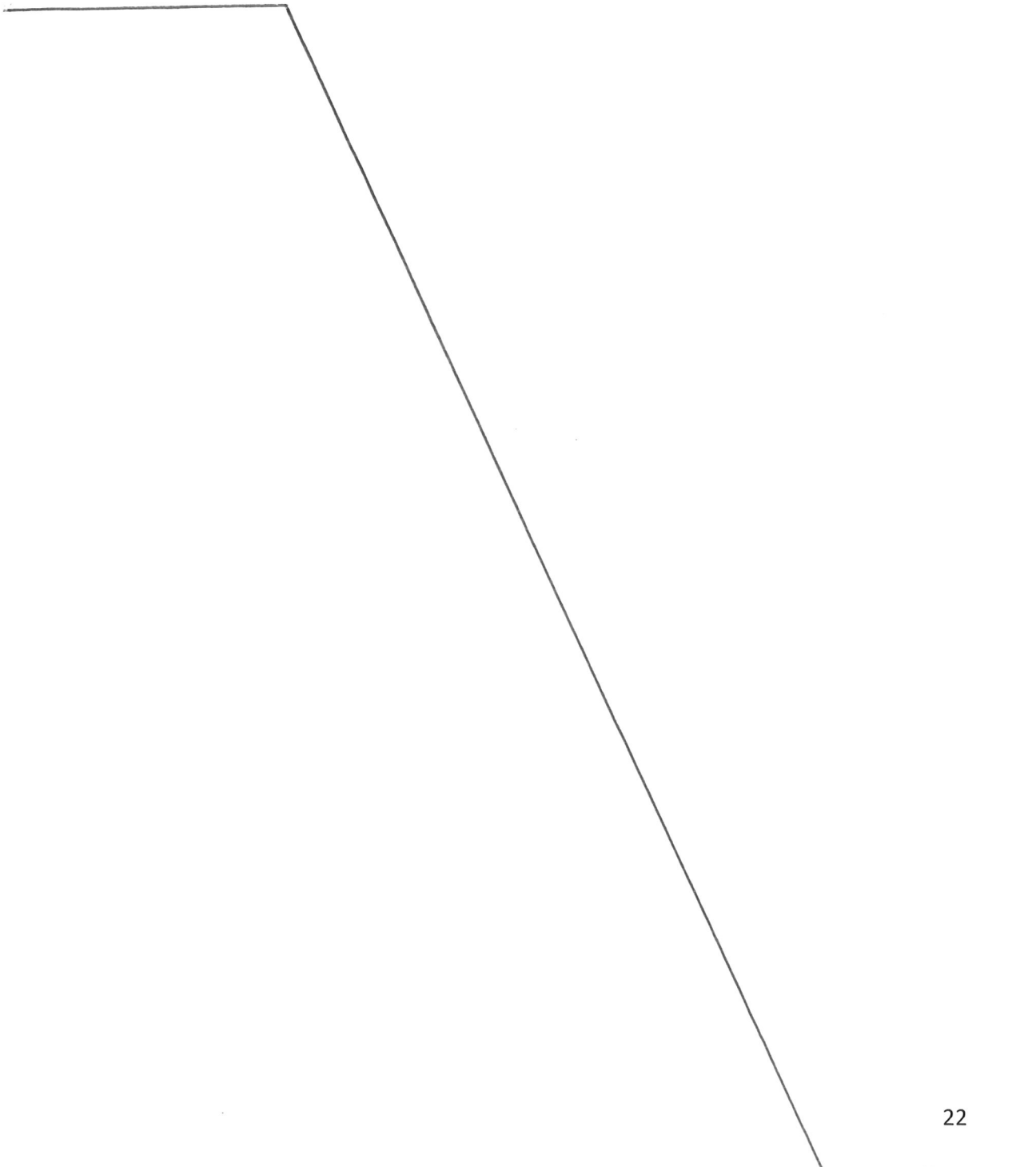
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

25. ~~FEV~~ 2021



Assembleia Municipal

----- **CRISTINA COELHO (CDU)**: Leu e entregou uma Moção, “Pela redução do custo da água e saneamento em Gondomar” e uma Proposta de Recomendação sobre a “Construção de um hotel em Ribeira de Abade (Valbom)”, que adiante seguem. -----



25. FEV 2021

Refer Tcdg

Doc 10



Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar  
gondomar.cdu@gmail.com

Período de Antes da Ordem do Dia

## MOÇÃO

### Pela redução do custo da água e saneamento em Gondomar

Em Gondomar, os preços praticados pelos serviços de água e saneamento são dos mais elevados da área metropolitana do Porto e do país.

Favor - 9  
Ante - 29  
Abst - 1

#### Considerando que:

- Por decisão da maioria PS/Marco Martins, o executivo da Câmara Municipal de Gondomar (CMG) manterá em 2021 o tarifário actualmente em vigor. Quando muitos dos municípios vizinhos procedem à redução das tarifas da água ou preparam processos de reversão da concessão dos serviços de água, saneamento e resíduos, os Gondomarenses continuarão a pagar valores exorbitantes pelo consumo de água e respectivos serviços associados.

- A empresa Águas de Gondomar (AdG), a quem foi concessionado o Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Gondomar, faz publicidade ao facto da água da torneira em Gondomar ser reconhecida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) como 100% segura para consumo humano. Mas não divulga que essa mesma entidade, ano após ano, tem reiterado pareceres desfavoráveis sobre as propostas das actualizações tarifárias, propondo a sua redução, sendo que 2021 não será excepção! A ERSAR, no parecer emitido face à proposta de tarifário para 2021, refere, entre outros aspectos, o seguinte: i) *verifica-se que a empresa AdG volta a apresentar uma proposta tarifária que assenta num tarifário de referência que não está correcto;* ii) *a ERSAR tem vindo a recomendar uma redução tarifária de 1,95%;* iii) *o relatório de auditoria emitido pelo Município de Gondomar à ERSAR em 14 de Dezembro de 2017, conforme esta entidade reguladora já teve oportunidade de informar, não cumpre o objectivo de permitir aferir do grau de cumprimento dos planos de investimento;* iv) *a ERSAR reitera mais uma vez a necessidade de correcção do tarifário;* v) *a ERSAR entende, uma vez mais, recordar da necessidade de esclarecer o valor e devolução dos montantes cobrados indevidamente nos anos 2014 e seguintes;* vi) *conclui-se que a proposta de tarifário para 2021 não reúne as condições para obter parecer favorável da ERSAR.*





- Ano após ano, a empresa AdG apresenta lucros fabulosos (em 2019 o resultado líquido foi superior a 3 milhões de euros). Mas repetidamente, é referido que a actualização e, agora a manutenção de tarifários se deve à necessidade de assegurar a viabilidade da concessão. No entanto, sabemos que face aos ganhos obtidos pela empresa, a viabilidade do negócio nunca esteve ou estará em causa. Acrescentando-se que todas as renegociações do contrato de concessão feitas entre a CMG e a empresa AdG nunca prejudicaram os lucros desta última, mas foram bastantes onerosas para os Gondomarenses.

- Muitos dos investimentos programados pela empresa AdG continuam por concretizar e contabilizar, com consequências directas na qualidade de vida dos Gondomarenses, sendo de destacar que, quando muitos municípios deste país estão a renovar a sua rede de saneamento, em Gondomar, continuamos a assistir ao adiamento dos investimentos.

- O mau funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) como, por exemplo, a de Gramido, não pode continuar a ser negligenciado ou branqueado com pseudo-investimentos que não são consequentes, continuando tudo na mesma em prejuízo da qualidade de vida dos munícipes.

- Os Gondomarenses, em consequência do surto epidémico de Covid-19, estão mais tempo em casa, consomem mais água e, por isso, recebem facturas com valores mais elevados. Mesmo assim, por parte da CMG e da empresa AdG, não houve qualquer medida de alívio para os habitantes. Noutros concelhos, por decisão das autarquias, foram anunciadas medidas de alívio nos valores das facturas de água, saneamento e lixo. Em Gondomar, isso não aconteceu!

- É absolutamente inaceitável e expressa a incapacidade política do executivo da CMG de enfrentar e resolver este problema. Aliás, a maioria PS/Marco Martins tem lidado com este problema de uma forma peculiar, iludindo os Gondomarenses! Pois, há muito que os munícipes ouvem do Sr. Presidente Marco Martins o mesmo, ou seja, que a autarquia está a estudar uma solução para baixar os tarifários. Qual é a solução? Para quando?

- A água é um bem público essencial, a sua gestão não se coaduna com a perspectiva da obtenção de lucro por uma empresa privada. Como serviço público essencial, deve ter uma gestão pública e participada. A gestão privada dos serviços de água e saneamento têm



25.FEV.2021

# CDU

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar  
gondomar.cdu@gmail.com

consequências muito desastrosas para o concelho e, em particular, para o custo de vida dos Gondomarenses. Por isso, a CDU esteve contra a privatização deste serviço e continua frontalmente contra esta gestão privada.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 25 de Fevereiro, delibera:

- 1) Exigir à empresa Águas de Gondomar o cumprimento das recomendações da ERSAR, designadamente na redução das suas tarifas;
- 2) Instar a CMG para que tenha uma outra atitude, colocando sempre no centro da negociação os investimentos adiados e os valores da água e saneamento;
- 3) Exigir ao executivo da Câmara Municipal de Gondomar a criação de uma Comissão de Acompanhamento à Concessão, com a participação de todas as forças políticas;
- 4) Recomendar que a CMG se prepare para o processo de reversão da concessão, estudando todas as dimensões do seu impacto.

A moção deve ser enviada:

- 1 – Águas de Gondomar
- 2 – Câmara Municipal de Gondomar
- 3 – Órgãos de Comunicação Social

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de Fevereiro de 2021,

Pel' O Grupo Municipal da CDU,





Período de Antes da Ordem do Dia

**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**

**Construção de um hotel em Ribeira de Abade (Valbom)**

Na zona da marginal ribeirinha de Gondomar, especificamente, em Ribeira de Abade, Valbom, a escassos metros do recém-construído hotel Pestana Douro, separada pelo gigantesco empreendimento habitacional Concórdia, nascerá uma nova unidade hoteleira, cuja as obras já arrancaram.

Após várias denúncias e apresentação de uma queixa no Ministério Público por parte de vários moradores, a construção/ licenciamento desta unidade hoteleira, a cargo da empresa Nara – *Projectos, Construção e Turismo SA*, tem gerado várias notícias na comunicação social, encontrando-se em processo de investigação pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

**Considerando que:**

- De acordo com o DL nr. 9 54/2005 que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, há dúvidas que **a construção do hotel esteja projetada fora do domínio público hídrico do Estado**. A título de exemplo destas incertezas, a Capitania do Porto do Douro, em declarações a um órgão de comunicação social, *confirma que o terreno se encontra em domínio público hídrico administrado pela Agência Portuguesa do Ambiente (JN, 05/02/2021)*;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), a propósito do projeto de construção desta infraestrutura, já emitiu dois pareceres desfavoráveis e um favorável. Assim, em 2008, o parecer desfavorável da CCDRN evocava que o projecto deste hotel ocupava área de Reserva Ecológica Nacional (REN). Apesar da CCDRN fundamentar a mudança de sentido do parecer pelo facto de terem existido alterações ao projeto inicial, esta entidade também afirma, nesse mesmo parecer favorável, que **a construção deste hotel em Valbom ocorrerá em área de REN**, área essa que foi objecto de declaração de interesse público;
- Ainda continuam por esclarecer, face à primeira versão da proposta de revisão do PDM em 2014/2015, as **razões de alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) para a área onde agora está a ser construído o referido hotel**.

Favor - 9

Antic - 25

Ass - 5



25.FEV.2021

**CDU**

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar  
gondomar.cdu@gmail.com

- Em 2015, o atual executivo da Câmara Municipal de Gondomar (CMG) solicitou um parecer ao Núcleo de Apoio Jurídico da CMG sobre questões de cumprimento de prazos e caducidade dos trâmites inerentes à construção/ licenciamento do futuro hotel em Valbom. No entanto, parece-nos que, face ao avolumar das dúvidas que este processo foi originando, este **parecer interno deveria ter ido mais longe** na procura de respostas técnicas como, por exemplo, se o hotel está projectado ou não em domínio público hídrico e quais os impactes da construção em área de REN;

- Nestes dois mandatos na CMG, **face às suspeitas e denúncias** cooptadas a este processo da construção do hotel em Valbom, **o executivo PS/Marco Martins tem adoptado uma atitude ausente, passiva**, não se dignando a esclarecer os seus munícipes. Mesmo com a recente e ampla difusão na comunicação social que o licenciamento desta unidade hoteleira motivou a abertura de um inquérito pela IGAMAOT, a postura deste executivo é de silêncio, em contracorrente com a habitual divulgação “em massa” de outros projectos semelhantes.

- Por três vezes, **os vereadores da CDU**, em reuniões da CMG, **levantaram questões** sobre este **projecto, nomeadamente, a área de implantação e a sua integração nos instrumentos do território**. Neste sentido, a CDU não abdica, nem abdicará de todos os esclarecimentos sempre em defesa dos interesses dos Gondomarenses.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 25 de Fevereiro, delibera:

**Exigir que o executivo da CMG encete as diligências necessárias, junto de todas as entidades, de forma a esclarecer cabalmente os munícipes sobre todas as dúvidas que recaem sobre o processo de construção de um hotel em Ribeira de Abade, Valbom.**

A proposta de recomendação deve ser enviada para:

- 1 – A Câmara Municipal de Gondomar;
- 2 – Os Órgãos de Comunicação Social.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de Fevereiro de 2021.

Pe'l'O Grupo Municipal da CDU





----- **MARIA OLINDA MOURA (CDU):** A CDU vai, de uma forma sucinta, pronunciar-se sobre os documentos apresentados no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Começando pelos documentos apresentados pelo CDS-PP, em relação ao mau funcionamento da ETAR e a antiga Central de Captação de Água, a CDU irá votar favoravelmente; em relação ao documento sobre a renovação do contrato de concessão com as Águas de Gondomar, a CDU votará contra, por uma questão muito simples, é uma posição contrária àquilo que a CDU tem defendido neste Órgão Autárquico. No fundo, esta proposta visa a continuação de uma situação que penaliza severamente a população de Gondomar, que continua a ser uma das que maiores valores paga na sua fatura mensal da água, por causa da gestão privada do seu fornecimento. Como já várias vezes fundamentamos, a solução do problema passa pelo retorno da gestão deste bem essencial à esfera pública e não pela continuação da sua concessão, evidentemente fundamentando sempre com as propostas de recomendação que também já cá trouxemos. -----

----- Em relação aos documentos do PS, a CDU votará todos favoravelmente e quer demonstrar aqui a sua satisfação em relação à moção sobre o edifício da Captação de Foz de Sousa, porque vem de encontro às nossas permanentes propostas que nunca tiveram o apoio do PS. Ainda recentemente trouxemos aqui uma proposta sobre a recuperação da Linha de Midões que abrangia também este edifício e também, já agora, quero aproveitar este propósito para dizer que ainda a semana passada na Câmara Municipal de Gondomar, é preciso lembrar, que foi aprovado o Plano Estratégico para as Linhas de Água e não se fez qualquer referência nesse projeto a esta proposta que o PS faz agora, portanto, numa semana, muita coisa se alterou. De qualquer maneira, nós queremos mostrar aqui a nossa satisfação, porque parece-me que finalmente vamos ver uma proposta nossa avançar. -----



----- Em relação aos documentos do Bloco de Esquerda, a CDU votará favoravelmente o documento que diz respeito à cultura, mas em relação á tarifa de gestão de resíduos há aqui algumas coisas que, se me permitirem, gostaria de esclarecer. -----

----- Recentemente, mais propriamente no dia 17 de dezembro foi apresentado um Projeto de Resolução do Partido Comunista sobre o Decreto-Lei que determina estes novos agravamentos para os próximos anos prevendo-se que, já em 2025, esta taxa possa atingir o valor de 35 euros por tonelada e este Projeto de Resolução teve votos contras do PS, do BE, do PAN e das duas deputadas não inscritas. Esta taxa não resolve, como é evidente, nenhum problema, esta moratória que é aqui proposta, no fundo, não está a resolver o problema, está a chover no molhado e, portanto, neste sentido, não vamos aprovar esta Proposta de Recomendação. -----

----- **ALÍCIO MORAIS (PS):** Eu vou, desde já informar a Deputada Valentina do PSD que não aceito nem altero uma vírgula à Moção de Reconhecimento Público que vou apresentar, porque ela é justa e esta ainda não traduz, de facto, todo o trabalho realizado por este Executivo Camarário e Juntas de Freguesia. A proposta desta Deputada é o exemplo do desnorte do PSD. -----

----- Leu e entregou uma “Moção de Reconhecimento Público”, que adiante segue. -----

25.FEV.2021



PS

Assembleia Municipal de Gondomar

*100.2*  
*Apurado e/*  
*7 abstenções*  
*1 voto contra*  
*32 votos a favor*  
*[Signature]*

### MOÇÃO DE RECONHECIMENTO PÚBLICO

Considerando a atuação do executivo Camarário no âmbito do combate à pandemia Covid19, o Partido Socialista entende ser de inteira justiça, o reconhecimento Público do executivo Camarário na pessoa do Sr. Presidente da Câmara.

De salientar a disponibilização de infraestruturas de apoio Hospitalar, mobilização de meios humanos e físicos, os diversos apoios prestados às famílias atingidas pela pandemia fornecendo-lhes cabazes alimentares; refeições; apoio nas compras de bens essenciais e medicação e outros, o apoio dado à comunidade escolar, o apoio dado às empresas no alívio das taxas e outros.

A Assembleia Municipal de Gondomar reunida em Sessão Ordinária, do dia 25 de fevereiro de 2021, delibera reconhecer o excelente trabalho desenvolvido no combate pandemia Covid19 no Município, nomeadamente:

- Reconhecer o empenho e dedicação das IPSS sedeadas no Município;
- Reconhecer o excelente apoio e disponibilidade das nossas corporações de bombeiros;
- Reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia na pessoa dos seus Presidentes;
- Reconhecer a inteira dedicação das forças de segurança: PSP, GNR e Polícia Municipal, assim como do Serviço Municipal de Proteção Civil.

O Grupo Parlamentar do P.S.

----- **JOAQUIM FIGUEIREDO (VALENTIM):** Eu queria manifestar no Voto de Pesar do PS sobre o falecimento de José Manuel Pinto da Silva que o voto por unanimidade peca por ser escasso. Eu penso que esta Assembleia deveria também adicionar ao voto aprovado por unanimidade uma aclamação para alguém que deu muito ao Partido Socialista, mas sobretudo a Gondomar, porque era de facto um homem íntegro, como há poucos, um homem bom, um homem que merecia todo o nosso respeito e, por isso, peço ao Senhor Presidente que ponha à votação uma aclamação. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Propôs alterar a votação por unanimidade e aclamação, a qual foi aceite por todos. -----

----- **PEDRO VIEIRA (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES E SÃO PEDRO DA COVA):** Tenho três questões para colocar à Câmara Municipal que gostaria de obter resposta. Uma delas é um alerta, mais uma vez, do estado de degradação do Cavalete de São Vicente, ainda esta semana enviámos para a Câmara um conjunto de fotos que comprovam isso mesmo, os pilares e o gradeamento da estrutura do edifício estão a desmoronar-se mais a cada dia. -----

----- Uma nota para o abaixo assinado que chegou à Câmara Municipal esta semana, com conhecimento à Junta, de um conjunto de moradores da zona do Carvalhal, portanto, na Rua das Méguas e Travessa das Méguas. Eu gostaria que a Câmara se debruçasse sobre esse abaixo assinado e sobre a necessidade de intervenção que existe naquela zona da Freguesia, pois, é uma das zonas que está nas Grandes Opções do Plano. -----

----- Ali na zona da Cal, onde ficará instalada a GNR é uma zona de intervenção que reconhecemos de extrema importância, as Águas de Gondomar estão a fazer uma intervenção na Rua de Santa Eulália e na Rua da Cal, gostaria de perceber se, de facto, irá haver alguma intervenção a fundo naquelas ruas, na Rua de Santa Eulália, Rua das Tulipas,

Rua das Mimosas, Rua Alminhas da Estivada, pois ainda estivemos lá na semana passada e reparamos que é uma zona de terra afetada com a chuva e as águas, estando sugerida pela Junta a sua renovação. -----

----- Quería deixar nota à Câmara Municipal sobre o estado de degradação que está a rua que vem do Soldado, em Santa Eulália, em direção a São Pedro da Cova, a Rua Guerra Junqueiro, a Rua Eduardo Castro Gandra e a Rua Engenheiro Farinas de Almeida, onde os autocarros 804 e 801 fazem o seu percurso, que gera grande congestionamento, com muito trânsito e tráfego. São questões mais práticas, é verdade, mas a ausência de reuniões públicas da Câmara nas Juntas de Freguesia faz com que muitos destes assuntos não sejam levados para essas reuniões e têm de ser trazidos para a Assembleia Municipal, portanto gostava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondesse. -----

----- **EUGÉNIA FARIA (CDU):** Leu e entregou documento sobre a “Construção de superfície comercial em Rio Tinto”. -----

**Construção de superfície comercial em Rio Tinto**

É com grande indignação que o Grupo Municipal da CDU assiste à construção de mais uma superfície comercial à custa da destruição de uma importante Quinta, na principal Avenida da Cidade de Rio Tinto, a par do abate de árvores centenárias.

Infelizmente, nos últimos anos assistimos à destruição de várias Quintas que fazem parte da História de Rio Tinto para darem lugar a grandes superfícies comerciais.

Consideramos que tudo isto poderia ter sido evitado, com instrumentos que defendessem a preservação da nossa história. Infelizmente tal não aconteceu.

A par desta monstruosa construção, foram vários os erros cometidos, nomeadamente:

- Não se optou por alargar o passeio;
- Não se alargou o espaço de estacionamento da Avenida;
- Não se recuou o mesmo que as construções contíguas;
- Uma das mais importantes avenidas fica com um muro à margem do passeio.

Neste sentido, os eleitos da CDU pretendem saber:

- Quais os critérios que levaram o executivo camarário a deixar avançar este tipo de equipamentos, ocupando terrenos e património que deviam ser preservados;
- Quais os motivos que levaram a não aproveitar a oportunidade de se poder alargar o passeio?
- Quais os motivos que levaram a não fazer recuar esta grande superfície, de forma a ficar alinhada com os edifícios contíguos?
- Quais os motivos que levaram a não se proceder ao alargamento de uma das mais importantes vias de circulação de Rio Tinto?
- Se o parque de estacionamento, em conjunto com a área comercial, respeita o índice de construção do terreno em que se encontram implantados.

Assembleia Municipal de Gondomar, em 25 de fevereiro de 2021,

P<sup>o</sup> O Grupo Municipal da CDU,  
*[Handwritten signature]*

25. FEV 2021

----- **JOÃO PEDRO SILVA (BE):** Tenho algumas considerações e perguntas relativamente ao licenciamento do Hotel em Gramido. Leito de cheio, margem de rio, reserva ecológica natural, tudo isto é regulado pela Legislação Nacional do Ornamento de Território, ou seja, para haver este licenciamento teria de haver pareceres, pelo menos, da CCDRN e da APA. Posteriormente, e tendo em conta o ordenamento do território, a Câmara poderia não ter licenciado e ter indagado sobre a prossecução daquela obra num local inseguro e numa zona de paisagem, em que existem servidões, nomeadamente, de rio. -----

----- As alterações climáticas obrigam a que sejamos mais exigentes no licenciamento, já não estamos na época dos patos bravos, quando contruíam onde queriam. Em Matosinhos temos uma situação bastante semelhante, a obra que foi investigada e embargada e a Câmara de Gondomar deve preparar-se para que ocorra semelhante situação. -----

----- Existiram todos os pareceres necessários, nomeadamente da APA? -----

----- Quais as razões que levaram aos pareceres negativos e positivos do licenciamento? -----

----- O Vereador do Urbanismo não achou estranho que seja que possível de existir construção em zona de reserva ecológica natural e em leito de cheia? -----

----- Não considera a Câmara que a obra deve ser embargada preventivamente até que existam conclusões de investigação? -----

----- Queria relembrar que em setembro, na Assembleia Municipal, tivemos um conjunto de questões relativamente às cantinas de Gondomar, em primeiro lugar, não responderam a nenhuma das questões e há um mês atrás a empresa detentora da concessão chamou a PSP para despedir uma trabalhadora que há 15 anos desempenha funções nas cantinas das escolas de Gondomar, quando outras empresas já passaram por lá e a trabalhadora sempre cumpriu com as suas funções. -----

----- Não consigo entender como é que a Câmara não consegue pôr mão nisto. Chamaram a PSP, quando uma empresa de trabalho temporário, assume a trabalhadora como efetiva, o que a trabalhadora nem queria, porque nunca assinou um contrato com esta empresa, ou seja, recebeu uma carta de despedimento sem nunca ter assinado um contrato de trabalho, pois a empresa Eurest chamou a PSP para despedir a trabalhadora ilegalmente, a Câmara tem de tomar medidas relativamente à forma brutal como estes trabalhadores estão a ser tratados pela empresa que está com a concessão das escolas de Gondomar. -----

----- **JOÃO PEDRO FORTE (PS):** Eu escutei a intervenção da CDU, e recordando outras anteriores, sobre as Águas de Gondomar, acho que podia deixar aqui algumas observações. A bancada parlamentar do PS desta Assembleia Municipal tem refletido sobre a problemática do custo de abastecimento de água às casas de todos os Gondomarenses. -----

----- Segundo as discussões internas acerca desta situação, não são preocupação exclusiva do PS e acreditamos nós que outras bancadas desta Assembleia Municipal também se debrucem sobre este tema. Estamos perante algo que onera os bolsos de todos os que vivem neste Concelho, mas isto não invalida que se ponha seriedade na abordagem desta situação. Seriedade é oposto a fazer-se política barata, seriedade significa abordar a questão tal e qual ela se apresenta no seu contexto histórico e no seu enquadramento político. Está a assistir-se a reivindicações de rua, reivindicações nas redes sociais, promovidas e incentivadas por quem se esconde atrás de perfis virtuais, onde não está fora objetivamente do problema e não se acusa quem o despoletou nem quem o concessionou, apenas, injustamente, procura acusar o Executivo atual da Câmara como sendo responsável pela situação, quando os acusadores sabem, ou deviam saber, que não foi no presente mandato nem no anterior que o problema teve origem, Independentemente disso o Grupo Parlamentar do PS já abordou o Executivo da Câmara Municipal com o intuito de analisar

todas as abordagens possíveis para se ultrapassar ou, pelo menos, melhorar aquilo que for possível e, nesta fase, nada ser posto de lado. Por isso, deixo aqui alguns importantes esclarecimentos para que, de uma vez por todas, caiam por terra alguns mitos que andam por aí ser alimentados, recorde-se que a aprovação da concessão de exploração do sistema municipal de distribuição da água e de drenagem das águas residuais aconteceu em 29 de setembro de 2000, nessa altura, o PS votou contra. -----

----- Recorde-se também que foi em 28 de setembro de 2001 que a Câmara Municipal de Gondomar adjudicou a concessão à empresa Águas de Gondomar, esta decisão não contou com o apoio dos Vereadores do PS, como se não bastasse este rol de datas de má memória, falemos aqui numa outra, foi em 2012 que se negociou um aditamento ao Contrato de Concessão que permitia um aumento de 30% no tarifário médio para os utilizadores, era a Câmara gerida pelo Movimento Independente Valentim Loureiro, não era o PS. -----

----- Nos manifestos e reivindicações que por aí ocorrem não se tem ouvido referência a estes factos e o que isso traz a memória, apenas se ouve o que não corresponde a qualquer verdade e se tenta atirar responsabilidade para quem não as tem, mas deixemos as decisões de má memória que tanto têm lesado os Gondomarenses, se queremos falar em responsabilidades de quem está atualmente nos destinos da Câmara Municipal de Gondomar então podemos relembrar outras datas, foi em 28 de maio de 2014 e, nesta data a Câmara Municipal estava na gestão do PS, era já nessa altura o Dr. Marco Martins, que se reverteu a resolução que previa o aumento da tarifa média por utilizador em 30% e reduziu esse aumento para menos de metade, mais concretamente, de 30% para 13% e, nessa data, o primeiro escalão baixou 10%, estamos a falar que nessa data baixou, não subiu. É, no entanto, curioso que um esforço que teve tradução concreta positiva nos bolsos dos

25. DEZ 2021



Assembleia Municipal

Gondomarenses, não se vê a ser divulgado nos manifestos, eu, pelo menos, não tenho ouvido falar sobre isso, só acusações infundamentadas. -----

----- Note-se que a qualidade de vida dos Gondomarenses não se deve medir apenas pela redução na tarifa que o Executivo conseguiu em 2014, que foi boa, mas também por outras importantes medidas tomadas pelo Executivo, como é o caso da boa gestão que permitiu à Câmara de Gondomar concluir a rede das ETAR no Alto do Concelho, não esqueçamos disso, e este resultado é um resultado da gestão do PS, é às boas decisões que o PS quer estar ligado, não às más, porque para essas já há quem tenha feito história. -----

----- Não significa este reconhecimento pelo esforço que o atual Executivo da Câmara tem desenvolvido, que os membros desta Assembleia Municipal baixem os braços e não estejam atentos às reivindicações dos Gondomarenses, significa, no entanto, que devemos todos adotar posturas rigorosas, justas e representar bem os Gondomarenses que merecem o empenho de todos nós para construir soluções de futuro e não andar por aí a promover desinformação, é que desinformação não é apenas acusar injustamente com falsidades, que nada têm a haver com responsabilidade por más decisões que outros tomaram, é também atirar para o ar opções pela metade como é o caso da reversão da concessão. Esta e muitas outras desinformações em nada contribuem para os Gondomarenses poderem ajuizar bem as suas futuras opções, não se informarem que uma possível opção desta natureza terá um custo para os Gondomarenses que será certamente elevadíssimo e o Grupo Parlamentar do PS já abordou o Executivo para que se apure este valor, sabemos que é um valor elevadíssimo que irá onerar todos os Gondomarenses, por isso, e por tudo mais que aqui foi dito peço responsabilidade aos representantes de Gondomar que aqui têm assento para contribuírem com os seus atos para uma política séria e construtiva. -----



----- **OLINDA MOURA (CDU):** Vamos falar de seriedade, porque foi uma palavra utilizada pelo Senhor Deputado que me antecedeu. A CDU tem usado toda a seriedade em todos os momentos em que este assunto aqui é discutido e tem usado tanta seriedade que começou por dizer, e já várias vezes apresentou nesta Assembleia essa proposta, que esta Assembleia deveria constituir uma Comissão para estudar a possibilidade de reversão, os custos e todos os problemas a ele inerentes seriam estudados por este Órgão Autárquico com a representação de todas as forças políticas, isto é seriedade. -----

----- A origem do problema também nós o conhecemos muito bem, os Deputados e Vereadores da CDU votaram sempre contra à concessão. A reversão é possível e está a ser feita em vários Concelhos, não é nada que não possa ser estudado para se perceber os caminhos a tomar, de modo a que os custos possam ser suportados. -----

----- Quero lembrar que este problema, realmente não começou com este mandato, com este Presidente, com esta Câmara Municipal, mas sabemos todos que quando esta Câmara Municipal assumiu, mesmo na sua campanha, disse a todos os Gondomarenses que iria resolver tudo aquilo que tinha sido mal feito no mandato anterior do Major Valentim Loureiro, toda a gente se lembra disso. Passaram-se estes anos todos e até agora a posição do Partido Socialista, que antes, quando estava na oposição, e muito bem, votou contra, agora que está no poder e pode fazer alguma coisa, não o faz. Portanto, seriedade tem a CDU. -----

----- **MÁRIO GONÇALVES (VALENTIM):** Eu quero lembrar uma coisa que foi falada e proposta pelo Partido Socialista, e ainda bem, a Companhia das Águas, como se chamava antigamente, da Foz de Sousa, aquele edifício degradado que a mim me põe triste, mas às vezes me dá alegrias. Já lá passei com estrangeiros e eles admiram-se de ter um Património daqueles no lixo, dá efeito que nós somos um país realmente rico. -----

----- Agora temos as Serras do Porto, já temos gabinetes com um tachinho para os políticos, os gabinetes da Serra do Porto. Queria lembrar para as Serras do Porto comecem a pôr cabides nos pinheiros e nas pedras para os turistas pendurarem os garrações e as mochilas. -----

----- Quanto aos parques industriais nas Freguesias, devíamos ter um em cada Freguesia, para localizarmos as populações e desenvolvermos as Freguesias, pois há Freguesias que nem tascos têm, infelizmente, todo o país se queixa que as zonas rurais estão abandonadas, temos o Ministério da Agricultura na Praça do Comércio em Lisboa, porque em Lisboa temos a praça das cebolas. Era preciso realmente praticar isto. -----

----- Eu queria chamar à atenção do Executivo Camarário e da Câmara Municipal, porque nós temos uma Freguesia que nos divide com o rio, a Freguesia da Lomba, puseram lá um barco, que nem sei se é a remos, se é a motor, mas era preciso que o nosso Executivo, dentro das Forças Europeias ou do Governo, fizesse uma ponte da Lixa ou Melres para a Lomba, para fomentarmos o turismo, senão qualquer dia a Lomba quer se tornar independente ou vai para Paiva. Era preciso fazermos obras em Gondomar, pois o lixo e os calendários que os comités fazem durante a semana, para mim, não serve, é preciso andar com Gondomar para a frente. É uma obra que não é muito fácil, eu compreendo, se não for possível fazer lá uma ponte, ponham um teleférico que isso a Câmara penso que já tem possibilidades, um teleférico dá para o turismo no verão, os Gondomarenses podem frequentar a praia da Lomba é desenvolvimento, porque a Lomba também é de Gondomar, senão qualquer dia querem-se tornar independentes. -----

----- Queria chamar a atenção do Executivo da Câmara para fazer o favor de retificar as Lombas na Avenida da Conduta, porque já nem parecem lombas, parecem rampas de

lançamento. Se não houver Engenheiros na Câmara eu, voluntariamente, vou lá ensinar-lhes como é que se faz e tenho a quarta classe, metade tirada na escola à noite. -----

----- Quanto ao hotel da Ribeira de Abade, não estou 100% dentro do assunto do que vai ocupar ou não, mas nós precisamos de grandes empresas, de embelezar e pôr Gondomar ao serviço de Portugal e do Mundo, precisamos de desenvolver, mas de o fazer de acordo com as leis. -----

----- Desafiava também o Executivo da Câmara de Gondomar, pois temos muito terreno para isso, a fazer um campo de golfe, para virem para cá gastar dinheiro. Se houver falta de dinheiro para isso, que façam os partidos sérios e honestos, para acabar com as subvenções dos lapidadores que temos na Assembleia da República e mandem um ofício para a Assembleia da República para pôr lá o INEM, porque Salazar teve lá 50 anos e os atuais já lá estão há 46 anos, e depois o Salazar é que era ditador. -----

----- Queria também só lembrar ao meu Presidente de Junta de S. Pedro que chamou à atenção, e muito bem, do Cavalete, é preciso fazer uma inspeção, porque desde o 25 de abril o Partido Comunista levou para lá engenheiros para fazer estudos aos Cavaletes e às minas, e fruto? Não se vê nada. Fizeram lá uma Associação e recebiam as rendas dos caseiros das minas e onde está o dinheiro? Não fizeram lá nada e o dinheiro desapareceu todo, é preciso fazer uma inspeção. -----

----- **MANUEL MARQUES (PSD):** Queria deixar só uma pergunta ao Senhor Presidente, no seguimento da Moção de Reconhecimento apresentada pelo PS, qual foi o apoio que tem sido dado ao pequeno comércio, aos cabeleireiros, à pequena restauração e aos cafés durante toda esta fase de Pandemia? -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Vacinação, podemos orgulhar-nos que Gondomar é, neste momento, o Concelho do país que, em termos percentuais e em termos



absolutos, tem mais vacinas administradas, isso deve-se, pois é justo dizer, ao incansável trabalho dos profissionais de saúde em colaboração com a Câmara e com as Juntas Freguesias. Digo, Senhores Deputados, que para esta primeira fase havia na base de dados do ACES 15 796 utentes com mais de 80 anos ou aqueles com mais de 50 anos com comorbilidades, tal como definidos no Plano de Vacinação e, neste momento, já foram administradas em Gondomar mais de 5 500 vacinas e, já agora, dizer que os Senhores Presidentes de Junta, como já veio a público, também têm dado um grande contributo naquilo que é o contacto porta-a-porta dos cidadãos que não têm o contacto telefone móvel atualizado para que deem um número de telemóvel deles, de um familiar, amigo ou vizinho para que possam receber o SMS para agendar a vacina, são 4 294 dessas 15 000 pessoas que não tinham contacto telefónico móvel e que estão agora a ser porta-a-porta contactados. ---

----- Queria também esclarecer, porque alguns dos Senhores Deputados não perceberam, o que aconteceu na Lomba, foi apenas e só a total boa vontade e disponibilidade do Senhor Presidente da Junta, porque, como sabem, a Lomba, ou se calhar não sabem, pertence ao ACES de Gaia e Espinho, que têm Freguesias da zona nascente de Gaia, e do Concelho de Espinho e da Lomba e, portanto, como o Senhor Presidente da Junta da Lomba no Pavilhão Desportivo montou um centro e a Senhora Diretora do ACES pediu para aquelas Freguesias vizinhas de Gaia irem à Lomba, em vez de irem a Espinho, entretanto parece que alteraram, mas foi isso que se passou, ninguém de outro Concelho passaria à frente de Gondomar ou de um Gondomarense naquilo que é o seu território. -----

----- Continuamos com a expectativa de até ao final do mês de março concluir a primeira fase de vacinação, estas 15 796 pessoas que correspondem, na maioria, a duas tomas. Além destes utentes, é importante também dizer que já foram vacinados 50% dos operacionais dos corpos de Bombeiros, os operacionais da Cruz Vermelha Portuguesa, os operacionais da



PSP e GNR, além dos profissionais de saúde do ACES de Gondomar na sua grande maioria, portanto isto é um trabalho incansável que estamos a fazer com muito esforço e onde a saúde tem sido um parceiro extraordinário. -----

----- A questão do hotel, vamos esclarecer uma coisa, o hotel não teve parecer da APA, nem tinha que ter, porque em 2007 não havia a APA sequer, o que teve foi o parecer favorável de domínio público hídrico da CCDRN que era quem tutelava a questão de domínio público e também não consigo perceber porque é que estão tão preocupados com o hotel, qual é o interesse público que o hotel afeta? Prejudica alguém? Prejudica algum parque de estacionamento? Prejudica alguma zona de lazer? Que eu saiba prejudica só meia dúzia de moradores, que eu compreendo, mas vão perder as vistas, também já perdi muitas vistas em várias casas onde morei quando apareceram prédios à frente, mas nós compramos a casa, não compramos as vistas. -----

----- É incomparável o que aconteceu com este hotel com o que aconteceu em Matosinhos, que até já estava aprovado, mas que este Executivo concorda e apoia, porque é importante dinamizar Gondomar. Em Matosinhos era um hotel em cima da praia, uma coisa aprovada recentemente, não comparem Gondomar com o que aconteceu em Matosinhos, porque não é séria. -----

----- Quanto ao Cavalete do Concelho de São Pedro da Cova, como sabem aquilo está lá há décadas, foi o PS que conseguiu há uns anos, na Assembleia da República a classificação como monumento de interesse público nacional e foi o PS, na Câmara de Gondomar que, há uns meses atrás, conseguiu adquirir não só aquele espaço, como outros terrenos envolventes das antigas minas para recuperar o complexo mineiro e a verdade é que já fizemos o levantamento em conjunto com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a verdade é que, em breve, lançaremos o concurso para recuperar o Cavalete, é bom

que se saiba que não ajuda nada irem Instituições Autárquicas pendurar lonas no Cavalete sujeitas ao vento para o degradar ainda mais só para fazer mera publicidade. -----

----- Por fim, esclarecer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, é verdade que a rua que vai do Soldado para o Alto da Serra está degradada, mas se calhar não estaria tão degradada se o Senhor Presidente de Junta fosse lá reparar os buracos ou substituir umas tampas que se encontram abatidas, como lhe compete. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Começando por me referir a um estabelecimento comercial cujo licenciamento foi aprovado em Rio Tinto, só para esclarecer que, realmente, havia um edifício que estava lá edificado nessa parcela e esse edifício não tinha qualquer valor patrimonial e arquitetónico especial. O assunto foi avaliado pelos nossos serviços do Património cultural e, portanto, o edifício não estava classificado no nosso PDM, que tem uma classificação de edifícios com importância patrimonial municipal, temos dezenas de edifícios que estão lá classificados e esse não estava e, aliás, foi uma avaliação que foi feita aturadamente ainda antes de 2015 e, obviamente, que os critérios que a Câmara utiliza na aprovação de qualquer licenciamento são os critérios legais é a aplicação das regras previstas no nosso PDM e na legislação aplicável. -----

----- É óbvio que o edifício respeita o índice de construção e todas as normas legais aplicáveis, mas quem tem de assegurar se as normas legais são ou não aplicáveis não sou eu nem o Senhor Presidente da Câmara, quem tem de assegurar isso são os técnicos que todos os dias trabalham afincadamente nesta Câmara nessa matéria, os Senhores Deputados muitas vezes não fazem ideia, nós recebemos cerca de dois mil requerimentos por mês só em matéria de urbanismo e licenciamento e eu tenho plena confiança nos técnicos da Câmara que informam estas situações e daí que posso afirmar com toda a confiança que as



normas legais estão integralmente cumpridas nesta situação deste edifício comercial de Rio Tinto, como em todos os outros e quando assim não for a Câmara estará cá para revogar algum licenciamento se isso vier a ser determinado pelas autoridades competentes. -----

----- No que diz respeito a um hotel em Valbom, na Ribeira de Abade, foi colocada uma questão interessante, que é por onde vou começar, se o Senhor Vereador do Urbanismo achou estranho esta construção estar implantada em leito de cheia. Eu não sei se ele achou estranho ou não, se calhar achou, mas estou convencido que não, o Senhor Vereador Leonel Viana, que foi quem aprovou o PIP em 2010, e eu acho que ele aprovou bem, em face dos pressupostos legais que se apresentam no processo, é a minha convicção que ele aprovou bem, que não havia nenhuma evidência de ilegalidade quanto a esse ato de licenciamento. --

----- Portanto, eu devo recordar-vos o seguinte, este projeto começou em 2007, quando deu entrada um pedido de informação prévia para a construção de um hotel naquele local, o projeto depois foi integrado no processo Polis, foi objeto de um RIP, ou seja, este foi um projeto cujo interesse público foi reconhecido a nível ministerial, portanto também teve uma tramitação especial. Esse pedido de informação prévia veio a ter um parecer favorável em 2010, esse parecer contou com outros pareceres favoráveis de todas as entidades externas ao Município que têm de se pronunciar com pareceres obrigatórios e vinculativos, designadamente CCDR, no que diz respeito ao domínio hídrico, reservas e outras matérias e, por exemplo, o Turismo de Portugal também se pronunciou, com pareceres obrigatórios que têm de ser cumpridos. A Câmara, nessas matérias, não tem jurisdição, se a CCDR ou, hoje, as Comissões de Reserva Ecológica ou Agrícola emitirem um parecer negativo, a Câmara tem de cumprir, portanto não é uma matéria que esteja na livre disposição das Câmaras Municipais poderem decidir. -----

----- Eu queria que isto ficasse muito claro, a Câmara Municipal, nesta matéria, vai ter sempre o mesmo comportamento e no que que compreendam o seguinte, sugestões como embargar obras ou revogar licenciamentos numa construção como esta, como em todas as outras, não podem ser decisões tomadas de ânimo leve e, como imaginam, a revogação de atos administrativos que foram emitidos há uma série de anos não pode ser feito livremente, têm critérios legais muito restritos e, como imaginam, esse tipo de responsabilidade não pode ser esquecida. -----

----- Mas isto para dizer o seguinte, nesta matéria, e posso dizer-vos que já foi objeto de uma queixa no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, foi apreciado pelo Ministério Público nesse Tribunal recentemente, há menos de um ano, julgo que a decisão tenha alguns meses e o Tribunal entendeu arquivar esse processo, porque entendeu que não havia nenhuma ilegalidade. Se os Senhores Deputados quiserem, eu julgo que o Senhor Presidente da Câmara não vê nenhum inconveniente nisso, nós podemos distribuir essa decisão que eu acho que é clarificadora, ou seja, ajuda a compreendermos a tramitação de todo o processo.

----- Julgo que foi apresentada uma queixa na IGAMAOT que é uma entidade diferente, com outro tipo de competências que irá apreciar também a matéria e quero dizer-vos que se alguma entidade com jurisdição na matéria vier dizer que foi cometido algum erro ou ilegalidade nós cá estaremos para agir em conformidade, como sempre acontece. -----

----- Não podemos é agir numa obra como esta de ânimo leve, estamos a falar de um investimento de 20 milhões de euros, quer queiramos, quer não, vamos ter ali a criação de dezenas de postos de trabalho e é um investimento muito importante para Gondomar, isso não podemos ignorar. Se estas dúvidas forem confirmadas por alguma entidade com jurisdição de que há alguma ilegalidade, nós cá estaremos para isso com toda a calma e frontalidade, aliás, o processo já foi consultado pelos Senhores Vereadores da oposição,

portanto estamos cá para tratar do assunto com toda a transparência e responsabilidade, porque este é um assunto de grande importância, também a nível estratégico para Gondomar. -----

----- Por fim, no que diz respeito à área cultural, também foi aqui abordada pelo Bloco de Esquerda, julgo que foi a Sara que falou do assunto. É verdade que a esta data os nossos equipamentos culturais estão fechados, até por determinação legal. Nós já fizemos entrega de livros em regime de take away, portanto, os Municípes podem pedir a entrega de livros por email recebiam à porta da Biblioteca e depois entregavam também à porta da Biblioteca. Hoje isso não é possível, porque as pessoas estão impedidas de se deslocarem livremente, só em situações excecionais, de qualquer modo, estamos a ponderar o que foi sugerido. -----

----- Queria também dizer que, quanto à disponibilização de conteúdos online, muito em breve disponibilizaremos, eu julgo que já no mês de março, o nosso arquivo histórico municipal, com dezenas de documentos que estão digitalizados e vão estar disponíveis, temos trabalhado afincadamente no que diz respeito à digitalização do nosso arquivo histórico municipal, por exemplo, as Atas da Câmara Municipal desde o Código Administrativo de 1936, desde a primeira Câmara Municipal e muitos outros documentos com interesse para todos. -----

----- Partilho de algumas críticas que foram feitas quanto ao tratamento e respostas que têm sido dadas para a situação dos agentes culturais, o Senhor Presidente da Câmara sabe que já fiz chegar esta opinião ao Senhor Diretor Regional de Cultura do Norte, julgo que algumas respostas que estão a ser dadas para os Agentes Culturais não são adequadas à realidade. A maior parte deles tem relações de prestação de serviços, não têm contrato de trabalho para aquilo que fazem e estas respostas que, hoje, a nível governamental, estão em

25. BEV 2021



Assembleia Municipal

vigor nesta matéria, julgo que não adequadas à realidade que os Agentes Culturais estão a passar. -----

----- O mesmo se diga quanto às Associações, aliás, para quem esteve atento, achei interessante que o Presidente da República se referiu a isso, julgo que pela primeira vez, as Associações estão a passar um momento crítico e temos de ter isso em atenção. Desde 2019, adiantamos 50% do apoio no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, independentemente das Coletividades terem ou não promovido qualquer atividade e estaremos atentos daqui para a frente, porque sabemos que estão a passar um momento difícil. -----

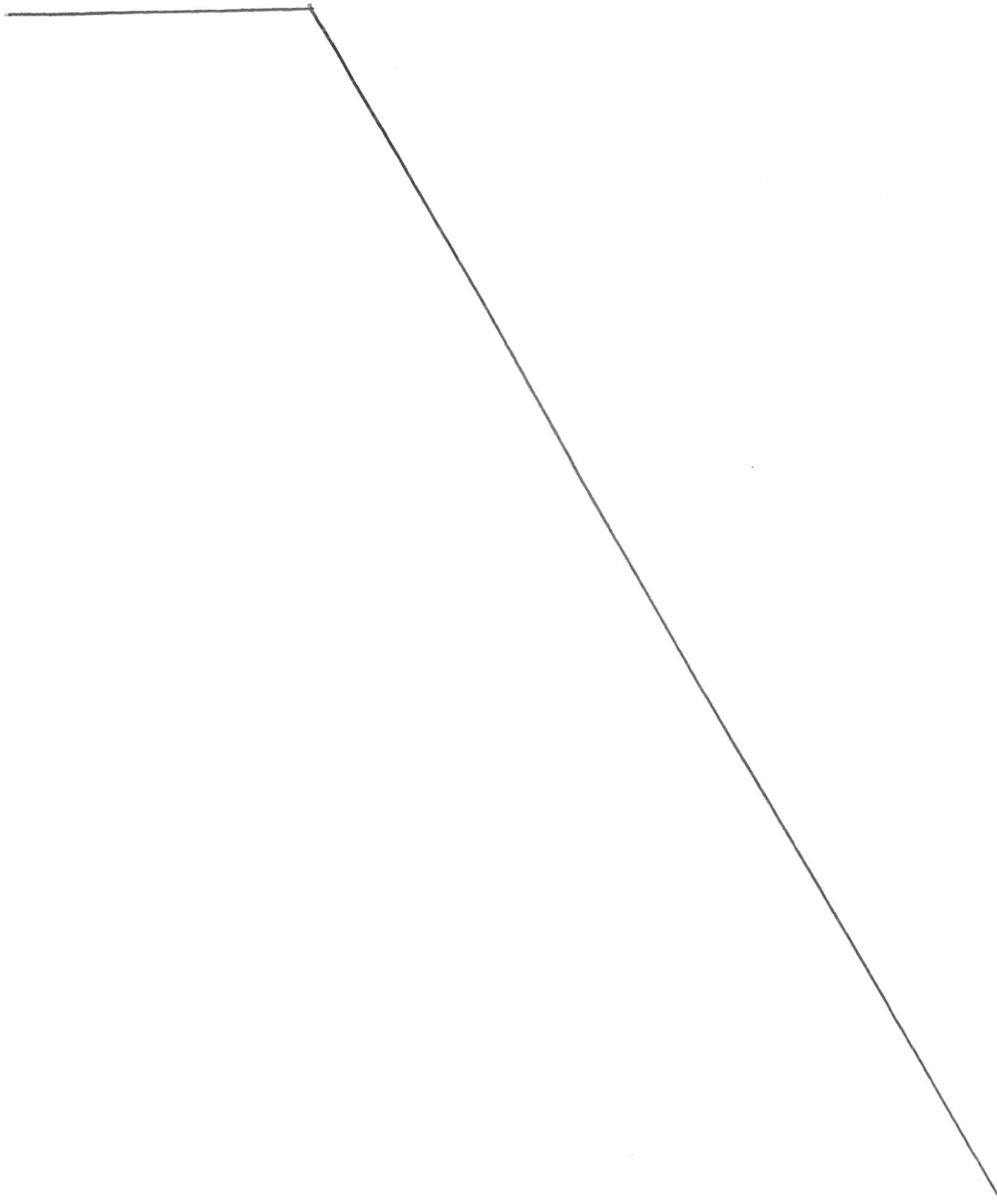
----- Continuamos com atividade cultural, temos feito diversos concertos musicais transmitidos online, temos tido teatro, como vai acontecer no próximo fim de semana, que também vai ser transmitido online. O nosso clube de leitura vai começar já no próximo mês de março também online. Julgo que os Senhores Deputados puderam receber o mês passado a revista “Lugar de Memória” que foi distribuída por todos e aproveitamos esta altura para afirmar que o Município de Gondomar está preocupado com estas matérias em tempo de pandemia. Em suma, concordo com esta Moção do Bloco de Esquerda, porque acho que é preciso uma preocupação especial na área cultural. -----

----- **VEREADORA AURORA VIEIRA:** A Polícia não despede pessoas, quem despede são as empresas. A empresa que fornece as refeições foi escolhida a partir de um concurso público internacional, está a referir apenas um caso em centenas de funcionários que, apesar destas circunstâncias, estão afetos ao fornecimento de refeições nas escolas, porque elas continuam, assim como em breve vão ser transformados em cabazes os apoios sociais, de maneira a que as famílias possam usufruir de forma mais lata dessa ação social que têm. -----



----- Quanto ao caso que falou em particular, sendo um caso de polícia, eu vou responder por escrito. -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, foram apresentados três **Propostas de Recomendação** sobre o “Mau Funcionamento da ETAR de Gramido”, sobre a “Antiga Central de Captação de Água de Foz de Sousa” e sobre a “Renegociação do contrato de concessão com as Águas de Gondomar”, que adiante seguem. -----



25. FEV 2021



Doc. 5  
Aprovado e/  
25 abstenções  
2 contra  
13 - a favor

**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Proposta de Recomendação – Mau funcionamento da ETAR de Gramido**

Depois de termos recebido várias denúncias anónimas e queixas documentadas com fotografias de descargas de esgotos sem qualquer tipo de tratamento directamente no Rio Douro em meados de Outubro provenientes da ETAR de Gramido, solicitamos o apoio do Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia da República no sentido de questionar o Ministério do Ambiente e a Câmara Municipal de Gondomar sobre esta matéria. Foram enviadas questões ao Sr. Ministro do Ambiente e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gondomar sobre esta problemática.

Em Dezembro último o nosso Deputado Manuel Pinto Alves reforçou este assunto na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São Cosme, Valbom e Jovim com uma proposta de recomendação ao Executivo da Junta, no sentido do Sr. Presidente da União de Freguesias interceder junto do Executivo Municipal na busca de uma solução para este problema que afecta o Concelho de Gondomar, mais concretamente a Cidade de Valbom há vários anos. Essa proposta de recomendação foi aprovada por maioria pelas forças políticas presentes naquele Órgão. Hoje, volvidos dois meses voltamos a invocar a absoluta necessidade de os Gondomarenses, em especial através dos seus representantes municipais, tomarem as necessárias e devidas providencias no sentido da defesa da salubridade pública e qualidade da água do Rio Douro que, para isso, se exigia que este se mantivesse cada vez mais limpo, mais salvaguardado de descargas inusitadas de águas residuais sujas e sem tratamento, provenientes da ETAR de Gramido.

Já ao tempo nos fazia imensa espécie, denotar que muita da poluição de que o Rio padecia, resultava da acção, directa destas recorrentes descargas de afluentes sem qualquer tipo de tratamento no Rio Douro. Porque não é aceitável, tolerável, nem plausível que em pleno século XXI num Estado Membro da União Europeia se continue a permitir este tipo de crimes ambientais de forma leviana com a passividade do Executivo Municipal de Gondomar. A verdade e a realidade é que passados estes anos todos, continua tudo exactamente na mesma, e continuam as descargas no Rio Douro oriundas da ETAR de Gramido que o deixa sujo, empestado, mal cheiroso e com a água contaminada. Prova disso são as placas colocadas um pouco mais à frente pela Agência Portuguesa do Ambiente, que alertam para a má qualidade da água naquela zona envolvente, até à Ribeira de Abade.

O CDS Gondomar e o Grupo Parlamentar do Partido na AR já em 2017 sensibilizaram designadamente o Sr. Vereador do Ambiente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente, o SEPNA da GNR e a Delegação de Saúde para a urgência de tomar todas as decisões necessárias à eliminação de tais inadmissíveis descargas, sempre nocivas para a “vida” do Rio mas também perigosas para a saúde da população residente na zona envolvente e dos jovens atletas do Clube de Remo Infante D. Henrique, cuja actividade por ali se desenrola. Na altura não obtivemos qualquer resposta por parte de nenhuma destas entidades, com excepção da Delegação de Saúde de Gondomar que declinou qualquer responsabilidade no assunto e do Ministério do Ambiente, que referiu uma avaria provocada por um acto de



**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Proposta de Recomendação – Mau funcionamento da ETAR de Gramido**

vandalismo na Ribeira da Archeira, o que manifestamente não tem rigorosamente nada haver com as descargas de águas residuais provenientes da ETAR de Gramido, que foram fotografadas e filmadas por vários Gondomarenses e que por diversas vezes nos fizeram chegar tais documentos por via das Redes Sociais e via Email.

Ora, passados que foram quase 4 anos e depois da ETAR ter sido alvo de intervenções, consideramos inaceitável que tudo permaneça na mesma. Refiro novamente que estamos em Portugal, Estado Membro da União Europeia, espaço onde os critérios da salubridade ambiental são rígidos e peremptórios, sendo incompreensível e inadmissível que comportamentos como este, se repitam sucessivamente ao longo dos anos, tomados por entidades cuja competência é precisamente a contrária e que tais actos possam acontecer e continuem a ser tolerados pelo Executivo Municipal de Gondomar.

Toda esta situação ocorre numa das mais nobres zonas do Concelho, onde designadamente funcionam dois Restaurantes, onde funciona a Escola de Remo Infante D. Henrique cuja actividade fica drasticamente afectada, e os diversos moradores que vivem junto à Casa Branca de Gramido, sem que os responsáveis municipais ou o Ministério do Ambiente e as entidades fiscalizadoras tomem qualquer medida para que visem eliminar e erradicar definitivamente este problema grave.

O Concelho de Gondomar tem que, de uma vez por todas, se emancipar desta sorte de irresponsabilidades e promover todas as acções dissuasoras, por muito duras que tenham que ser, no sentido de erradicar do seu território tais péssimos exemplos e tão vis ataques à qualidade de vida dos seus cidadãos.

Neste campo o papel interventivo dos responsáveis municipais, seja ele fiscalizador seja sancionatório, desde logo do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador do Pelouro do Ambiente, mostra-se imperioso que exista, apesar de, com muita pena nossa, parecerem continuar a pactuar, a “fechar os olhos” a tão criminosa facilidade com que se depauperam os nossos recursos naturais relativamente aos quais deveria o município apenas ter espaço para os potenciar e colocar ao serviço da qualidade de vida dos Gondomarenses.

Se financeiramente se torna incomportável resolver este problema, então porque não simplesmente desactivar a ETAR de Gramido ou encaminhar parte dos seus efluentes para a ETAR do Freixo que já recebe e trata as águas residuais de Rio Tinto e Fânzeres? Este é um assunto sério, pelo que clamamos para o sentido de responsabilidade de quem tem importantes competências na gestão do município, a fim de que não permitam a ocorrência continuada de tão nefastos atentados ambientais como este aqui realçado.

25.FEV.2021



**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Proposta de Recomendação – Mau funcionamento da ETAR de Gramido**

O CDS de Gondomar não pretende fazer “politiquice” com estes seus reparos. Pelo contrário, almejamos apenas que a responsabilidade de quem representa os Gondomarenses se apreme, e que percebam que um dos desideratos maiores da acção de uma Câmara Municipal, é precisamente excluir, de forma definitiva, a sua comunidade, de experiências tão angustiantes.

Face ao acima exposto é do nosso entendimento que é urgente avançar com um estudo que permita avaliar seriamente se é ou não é exequível reencaminhar as águas residuais da ETAR de Gramido para a ETAR do Freixo que fica a poucos quilómetros de distância no Porto, ou pelo menos, parte dos afluentes, porque nos parece que a causa das descargas deve-se ao subdimensionamento da ETAR de Gramido que esgotou a sua capacidade. Assim e face ao acima exposto, entendemos apresentar a seguinte **Proposta de Recomendação** ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, ao Executivo Municipal e aos Membros da Assembleia Municipal de Gondomar:

O que propomos:

Que o Executivo Municipal de Gondomar e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gondomar avancem no mais curto espaço de tempo possível com este estudo, de forma a perceber se é possível encaminhar os afluentes de Gramido para o Freixo, ou em alternativa a Câmara Municipal de Gondomar em conjunto com as Águas de Gondomar garantirem e assegurarem a ampliação da capacidade da ETAR, para que consiga responder às necessidades do aumento dos afluentes que chegam aquela infra-estrutura. O que não podemos é continuar a contaminar o Rio Douro, a Zona de Gramido até à Ribeira de Abade, locais onde no Verão centenas de Gondomarenses vão a banhos num local onde a água está totalmente poluída, conforme é referido nas placas da Agência Portuguesa do Ambiente colocadas nestes dois locais, o que constitui um crime de saúde pública.

O Deputado Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Gondomar, 25 de Fevereiro de 2021  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

25. FEV 2021



*Rejeitada Doc 6*  
*30 votos contra*  
*6 abstenções*  
*4 a favor*

**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Proposta de Recomendação – Renegociação do contrato de concessão com as Águas de Gondomar**

Na sequência das notícias que tem vindo a público ao longo dos últimos meses sobre os pedidos de resgate da concessão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água Potável e de Tratamento de Águas Residuais à Empresa concessionária Águas de Gondomar, decidiu a Comissão Política Concelhia (CPC) do CDS de Gondomar solicitar uma reunião com carácter de urgência à Direcção Geral da Empresa Águas de Gondomar, SA (AdG) no sentido de abordar o contrato de concessão, os tarifários em vigor, o equilíbrio financeiro da Empresa, o ritmo da execução do Plano de Investimentos, a cobertura das Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento do Concelho, para além de outros assuntos relacionados com a concessão. Terminada a reunião entre a CPC do CDS de Gondomar e a Direcção Geral das AdG e face aos esclarecimentos prestados o CDS Gondomar destaca os seguintes pontos dado a sua relevância política:

A CPC do CDS Gondomar registou com muito agrado que o Executivo Municipal de Gondomar seja favorável à manutenção do contrato de concessão com as AdG, posição também defendida desde sempre pelo CDS de Gondomar;

O CDS de Gondomar manifesta publicamente o seu contentamento pela abertura demonstrada pela Empresa concessionária Águas de Gondomar, SA no sentido de renegociar o contrato de concessão em vigor celebrado entre esta entidade e o Município de Gondomar, tendo em vista a redução dos tarifários em vigor, indo assim ao encontro dos desejos de muitas Famílias e Empresas Gondomarenses;

Ao contrário de outras forças políticas que viam na reversão do contrato de concessão a única solução para baixar os preços dos diversos tarifários em vigor praticados pelas AdG o CDS de Gondomar discordou desta solução, tendo em consideração os elevados custos que acarretaria para as frágeis contas do Município de Gondomar, dado que representaria um valor de indemnização a pagar às Águas de Gondomar superior a 200 milhões de euros, mais os custos da criação de uma estrutura nova de raiz;

Neste sentido e face ao acima exposto, o CDS de Gondomar propõe apresentar a seguinte **Proposta de Recomendação** ao actual Executivo Municipal:

Que o Executivo Municipal avance com a brevidade possível com a renegociação do contrato de concessão entre as Águas de Gondomar e Câmara Municipal de Gondomar, no sentido de prolongar o contrato por um determinado período de tempo que permita às AdG amortizar dívidas contraídas pela Empresa junto da banca para executar o Plano de Investimentos previsto no contrato de concessão, permitindo com esta solução baixar de forma muito acentuada as tarifas actualmente aplicadas, e sem qualquer custo ou perda de verbas provenientes das rendas da concessão para o Município de Gondomar. Propomos ainda a alteração da forma de cálculo da taxa que incide sobre os resíduos sólidos urbanos, introduzindo o princípio do utilizador/pagador, sendo esta uma solução justa e amiga do Ambiente, tendo em conta que vai introduzir junto dos Gondomarenses a preocupação pela reciclagem e separação dos resíduos produzidos por cada Família. Este é um desafio que o CDS de Gondomar lança ao Executivo Municipal de Gondomar, para iniciar esta proposta num projecto piloto que arranque numa das Freguesias do Concelho, de forma a ser gradualmente alargado às restantes Freguesias, abrangendo no seu final todo o Concelho.

**O Deputado Municipal do CDS**  
**Pedro Carvalho**  
**Gondomar, 25 de Fevereiro de 2021**  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

25. FEV 2021



Doc. 7  
Agradado por mandou  
24 votos a favor  
4 contra  
7 abstenções

**Assembleia de Municipal de Gondomar**  
**Proposta de Recomendação – Antiga Central de Captação de Água de Foz do Sousa**

Num périplo que fizemos pelo Concelho nos últimos meses, voltamos hoje novamente a um assunto antigo e que nos é caro, a nós, CDS de Gondomar. Vimos hoje novamente cumprir o nosso dever perante os Gondomarenses que nos elegeram e referenciar como um dos pontos mais críticos do Concelho e que, com a presente proposta, pretendemos alertar e influenciar o Executivo Municipal para a necessidade de se envolverem, de uma forma mais actuante, na resolução do problema da degradação e grave realidade em que se encontram as instalações da antiga Central de Captação de Água da Foz do Sousa. Convém referir aos membros desta Assembleia Municipal, que tendo esta Central desempenhado durante praticamente 100 anos (foi construída em 1887 e desactivada em 1985 com a construção e entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Água de Lever) um importante papel no fornecimento de Água aos Concelhos do Porto, Gondomar, Gaia e Matosinhos. A verdade é que se encontra hoje completamente esquecida, gravemente degradada e com a cobertura em risco de ruína iminente. Apesar de estar localizada na Freguesia de Foz do Sousa, no nosso Concelho, o seu proprietário, é a Empresa Municipal Águas do Porto, que não tem feito nenhum investimento de recuperação desta infra-estrutura, muito provavelmente por se encontrar instalada num Concelho fora da sua área geográfica de actividade. Compete então ao Município de Gondomar e ao seu Executivo Municipal, zelar por estas históricas instalações, considerando tratar-se, e desde 2009, de um imóvel de interesse público declarado pelo Governo. O imóvel está já completamente degradado há vários anos, mas neste momento o perigo de ruína é real, como se pode constatar facilmente no local, designadamente pelo estado deplorável do seu telhado, exigindo uma rápida e estruturante recuperação total que potencie a sua devolução à Comunidade em que está inserido, mas também pela sua história, ao Distrito do Porto e a toda Região Norte.

Sabemos que a incumbência da sua recuperação pertence à Empresa Municipal Águas do Porto, contudo, estando implantada no Concelho de Gondomar, urge que os responsáveis municipais Gondomarenses, no desempenho das suas competências de Protecção Civil, Saúde Pública e Urbanismo, oficiem diligências no sentido de encontrar uma solução para esta instalação. É urgente proceder no imediato à limpeza e à desmatação dos terrenos adjacentes à Central, repletos de silvas e volumoso mato, bem como da proliferação de animais criadores de focos de insalubridade, essencialmente no Verão, como enormes cobras e ratos, bem como maus cheiros, situação esta bastante crítica para a saúde dos moradores na zona. Da necessidade de abater as árvores de enorme porte, algumas das quais ameaçam cair sobre algumas das habitações ali existentes, colocando claramente em risco a integridade física dos seus moradores bem como de quem por ali circule. Alertamos igualmente para a absoluta urgência da vedação dos acessos ao interior do Posto de Transformação Eléctrica da Central, local de fácil acesso e muito perigosa para as crianças que por ali se encontrem. Da inequívoca premência da vedação das infra-estruturas da Central, nomeadamente na zona do Rio as quais também são de fácil acesso e, por isso, bastante perigosas para crianças e adultos que, mais no Verão, para lá se deslocam.

25 FEB 2021



**Assembleia de Municipal de Gondomar**  
**Proposta de Recomendação – Antiga Central de Captação de Água de Foz do Sousa**

Estes são os mais urgentes focos de intervenção do Município de Gondomar junto da Empresa Municipal Águas do Porto, ou mesmo da própria Câmara Municipal de Gondomar no âmbito das suas competências de Protecção Civil e Saúde Pública, que salvaguarde a integridade física, a saúde e qualidade de vida dos seus munícipes ali residentes.

Estruturalmente, no entanto, justifica-se encontrar uma solução definitiva que garanta a recuperação total desta instalação, a sua manutenção na esfera pública e a sua posterior colocação ao serviço da população, por exemplo à semelhança do que ocorre com a EPAL em Lisboa, transformar este espaço eventualmente num Museu da Água do Grande Porto e da Região Norte e num Centro de Educação Ambiental.

Temos consciência das dificuldades financeiras que acarreta a aquisição de uma instalação desta envergadura e a sua recuperação pela Câmara Municipal de Gondomar junto da Empresa Municipal Águas do Porto. Relembrando que a citada infra-estrutura (que considerando a inerente situação geográfica, lhe não despertará grandes iniciativas de recuperação e potencialização), para depois lhe garantir um destino ao serviço dos Gondomarenses e das populações dos Concelhos vizinhos e da Região Norte.

Assim e face ao acima exposto, entendemos ser dever desta Assembleia Municipal apresentar a seguinte **Proposta de Recomendação** ao actual Executivo Municipal:

**O que propomos:**

Que o Executivo Municipal de Gondomar, na qualidade de accionista da Empresa Águas de Douro e Paiva, diligenciasse junto desta Empresa Pública InterMunicipal a aquisição e recuperação desta instalação à Empresa Municipal Águas do Porto, garantindo que a mesma continue na esfera pública.

Desta forma, a Câmara Municipal de Gondomar garantiria a sua recuperação e posterior colocação ao serviço das populações sem qualquer interferência nas contas do Município de Gondomar.

O Deputado Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Gondomar, 25 de Fevereiro de 2021  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

25. FEV 2021

----- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À MESA:** -----

----- **MOÇÃO**, de “Reconhecimento Público”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS:  
Aprovada por **maioria**, com 31 votos a favor (21 PS + 4 VALENTIM + 6 CDU), 1 voto contra  
(CDS) e 7 abstenções (4 PSD + 2 BE + 1 CDS). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP foi apresentada uma declaração de voto, que  
adiante segue. -----

25.FEV.2021



**Assembleia de Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto - Moção – do PS – Moção de Reconhecimento Público**

Relativamente à Moção supracitada apresentada pelo PS Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou pela abstenção neste documento pelos seguintes motivos:

1. O Grupo Municipal do PS com a apresentação do documento acima referido, pretende simplesmente fazer propaganda política e eleitoralismo com um assunto demasiado sério, que está a ter graves impactos junto das Famílias e das Empresas. O CDS de Gondomar não se revê nem se identifica nesta forma leviana e demagógica de fazer política, muito menos com assuntos sensíveis;
2. O CDS de Gondomar reconhece, valoriza e agradece o esforço, a dedicação e o empenho das IPSS do nosso Município, bem como de todas as Corporações de Bombeiros, de todas as Força de Segurança, nomeadamente a PSP, a GNR, e a Polícia Municipal, assim como o Serviço Municipal de Protecção Civil de Gondomar.

O Deputado Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Gondomar, 25 de Fevereiro de 2021  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)


----- **VOTO DE PESAR**, pelas vítimas de COVID-19, apresenta do pelo Grupo Municipal do PS: Aprovado por **unanimidade**. -----

----- **RECOMENDAÇÃO**, “Pela recuperação da antiga Central de Captação de Foz de Sousa”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: Aprovada por **unanimidade**. -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, sobre o “Mau funcionamento da ETAR de Gramido”, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP: Aprovada por **maioria**, com 13 votos a favor (1 PS + 3 VALENTIM + 6 CDU + 1 CDS + 1 PSD + 1 BE), 1 voto contra (PS) e 25 abstenções (19 PS + 2 VALENTIM + 3 PSD + 1 BE). -----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, pela “Renegociação do contrato de concessão com as Águas de Gondomar”, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP: **Rejeitada**, com 4 votos a favor (2 VALENTIM + 1 PSD + 1 CDS), 29 votos contra (20 PS + 1 VALENTIM + 6 CDU + 2 BE) e 6 abstenções (1 PS + 2 VALENTIM + 3 PSD). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU foi apresentada uma declaração de voto, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Renegociação do contrato de concessão com as Águas de Gondomar – Proposta de recomendação do CDS**

O Grupo Municipal da CDU votou contra a Proposta supra referida porque a mesma visa a continuação de uma situação que penaliza severamente a população de Gondomar que continua a ser uma das que maiores valores paga na sua fatura mensal da água, por causa da gestão privada do seu fornecimento.

Como já várias vezes dissemos e fundamentamos nesta Assembleia, a resolução do problema passa pelo retorno da gestão deste bem essencial à esfera pública e não pela continuação da sua concessão.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2021,

7) O Grupo Municipal da CDU



----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, sobre a “Antiga Central de Água de Foz de Sousa”, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP: Aprovada por **maioria**, com 29 votos a favor (18 PS + 4 VALENTIM + 6 CDU + 1 CDS), 3 votos contra (PS) e 7 abstenções (1 VALENTIM + 4 PSD + 2 BE). -----

----- **RECOMENDAÇÃO**, “Pela Cultura em Gondomar”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: Aprovada por **maioria**, com 37 votos a favor (21 PS + 3 VALENTIM + 6 CDU + 2 BE + 1 CDS + 4 PSD), 1 voto contra (VALENTIM) e 1 abstenção (VALENTIM). -----

----- **MOÇÃO**, “Pela melhoria drástica de gestão de resíduos urbanos, por uma moratória na aplicação da nova taxa de resíduos”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: Aprovada por **maioria**, com 23 votos a favor (19 PS + 2 VALENTIM + 2 BE), 7 votos contra (1 PS + 6 CDU) e 9 abstenções (1 PS + 3 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS). -----

----- **MARIA OLINDA MOURA (CDU)**: Leu e entregou declaração de voto que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos – Moção do BE**

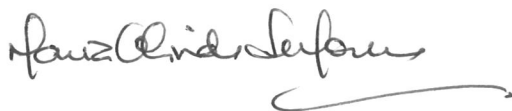
O Grupo Municipal da CDU votou contra a Moção supra referida porque a proposta não visa resolver a questão dos novos agravamentos da TGR que atingirá em 2025 os 35 euros por tonelada, agravamentos estes cuja lógica não resolve nenhum problema sendo, pelo contrário, profundamente penalizadora para as populações.

Como tem sido percebido, o produto desta taxa nunca serviu para investir na qualidade e na racionalidade da gestão dos resíduos, pois representa apenas uma fonte de receita para a administração central, isto é, para a Agência Portuguesa do Ambiente.

Insistir em moratórias quando o problema está a montante, significa não resolver o problema na raiz.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2021,

P O Grupo Municipal da CDU

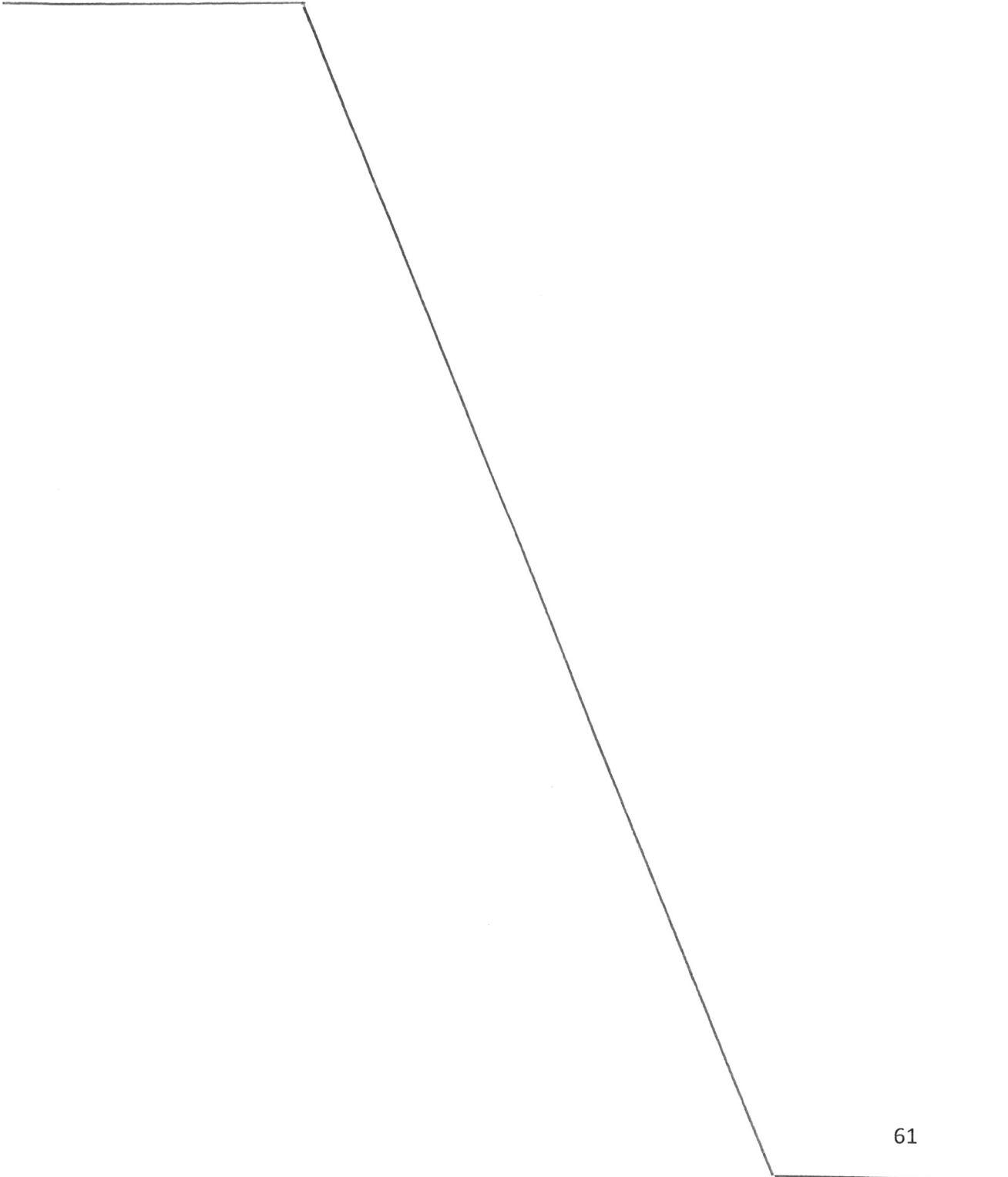


25. DEZ 2021



Assembleia Municipal

----- Pelos Grupos Municipais do PSD e CDS-PP foram apresentadas as declarações de voto,  
que adiante seguem. -----



25. DEZ 2021



Declaração de voto Moção n\*9 Gestão dos resíduos urbanos BE

O Partido Social Democrata vai abster-se porque apesar de concordar com a moratória sugerida acredita que a melhor resolução deste problema tinha passado por na altura do orçamento de estado o presidente deste executivo tivesse tomado uma posição de defesa dos Gondomarenses perante o Governo, tendo a facilidade de serem os dois (CMG e Governo) do Partido socialista.

O PSD foi contra o aumento para o dobro de uma só vez, consideramos que o mínimo seria fazer o aumento de uma forma gradual.

O Partido Social Democrata

Pelos Membros da Assembleia Municipal:

Valentina Sanchez  
Telmo Viana  
Manuel Marques  
Rosa Gomes



25. FEV 2021

**Assembleia de Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto - Moção – do BE – Pela melhoria drástica da gestão dos resíduos urbanos e por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos**

Relativamente à Moção supracitada apresentada pelo BE Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou pela abstenção neste documento pelos seguintes motivos:

1. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República aquando da discussão na especialidade do Orçamento de Estado, **votou favoravelmente uma proposta do PAN para a duplicação desta taxa**, que contou ainda com os votos favoráveis do Partido Socialista, do CHEGA e da Iniciativa Liberal;
2. O CDS de Gondomar entende que defender a aplicação de uma moratória na Taxa de Gestão de Resíduos de 22€/ton. para o período pós-pandemia, não resolve o problema, bem pelo contrário, apenas o irá protelar no tempo;
3. Concordamos com uma nova forma de cálculo no apuramento dos valores para facturação da taxa de resíduos sólidos urbanos, que também o CDS defendeu aquando da apresentação da sua Proposta de Recomendação sobre a renegociação do contrato de concessão com as Águas de Gondomar, introduzindo o princípio do utilizador/pagador, em alternativa à indexação ao consumo de água, que é uma injustiça. Concordamos que a LIPOR, pela sua especialização na gestão dos resíduos urbanos do Grande Porto, e dado que o Município de Gondomar é um dos Concelhos aderentes desta empresa, a mesma deva ser envolvida no projecto piloto que defendemos que deve arrancar inicialmente numa das Freguesias de Gondomar, incentivando a reciclagem por parte das Famílias, diminuindo a quantidade de resíduos que vão para aterro;
4. Referimos ainda que a introdução do princípio do utilizador/pagador é a forma de apuramento mais justa e equitativa no calculo dos valores a pagar pelas Famílias, promovendo um Concelho mais amigo do ambiente e ao mesmo tempo, reduzindo acentuadamente os valores a pagar neste item na factura da água;

O Deputado Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Gondomar, 25 de Fevereiro de 2021  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

25.BEY2021



Assembleia Municipal

----- **MOÇÃO**, “Pela redução do custo da água e saneamento em Gondomar”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: **Rejeitada**, com 9 votos a favor (1 VALENTIM + 6 CDU + 2 BE), 29 votos contra (21 PS + 3 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS) e 1 abstenção (VALENTIM). -----  
----- Pelo Grupo Municipal do PSD foi apresentada declaração de voto, que adiante segue.

25 DEZ 2021



Declaração de voto Moção n\*10 - Aguas - CDU

Seria uma irresponsabilidade por parte do Partido Social Democrata votar favoravelmente esta moção, pois acreditamos que os contratos são para ser cumpridos, somos favoráveis a uma renegociação do contrato de forma a reduzir as facturas dos Gondomarenses, somos também favoráveis a serem realizados estudos, mas nunca com tendência para o resultado, que é o objectivo desta moção. O PSD vota contra.

O Partido Social Democrata

Pelos Membros da Assembleia Municipal:

Valentina Sanchez  
Telmo Viana  
Manuel Marques  
Rosa Gomes

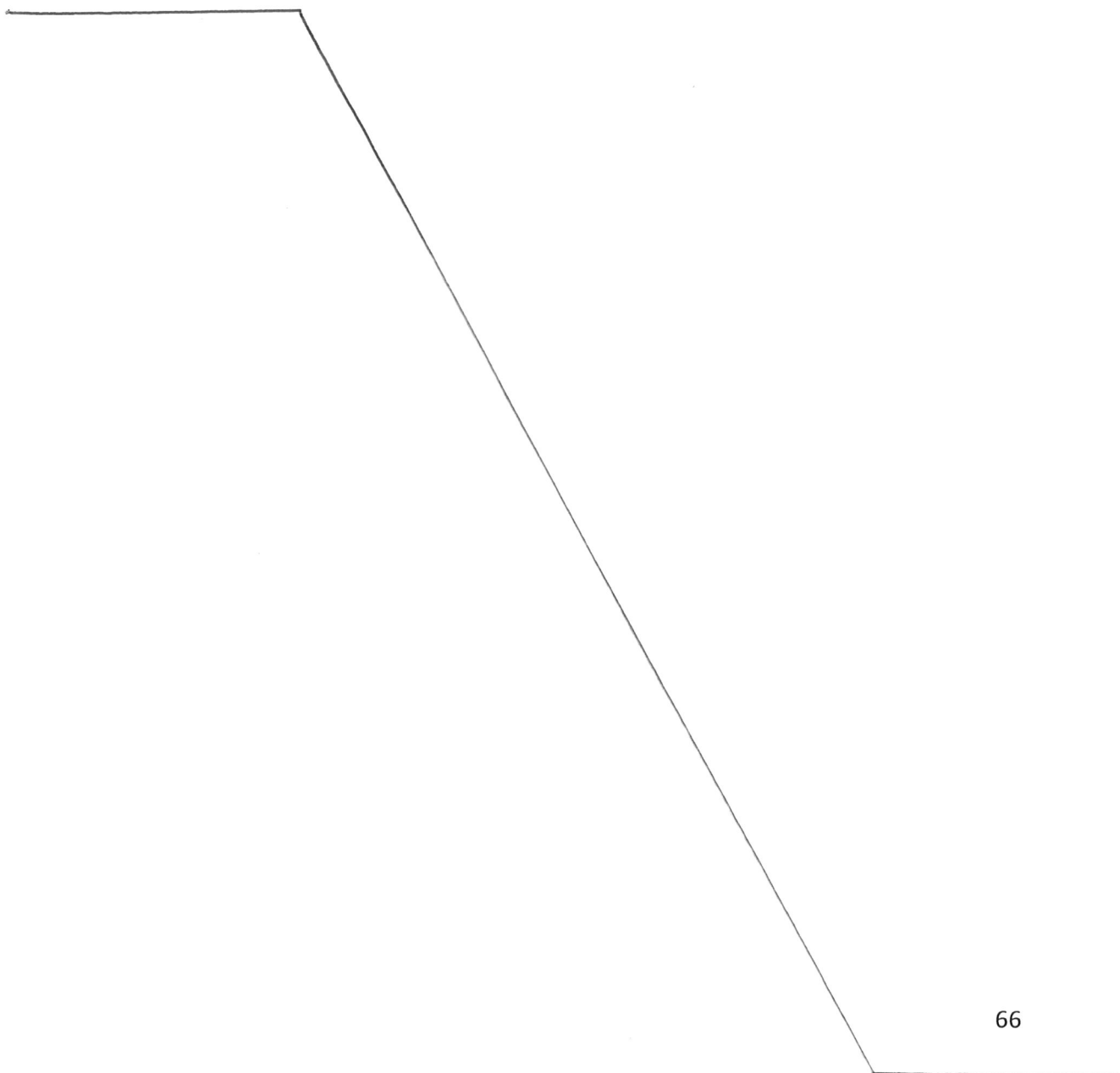
25. DEZ 2021



Assembleia Municipal

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**, sobre a “Construção de um hotel na Ribeira de Abade (Valbom)”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: **Rejeitada**, com 25 votos contra (21 PS + 4 VALENTIM), 9 votos a favor (1 VALENTIM + 6 CDU + 2 BE) e 5 abstenções (4 PSD + 1 CDS). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP, foi apresentada uma declaração de voto, que adiante segue. -----



25. FEB 2021



**Assembleia de Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto – Proposta de Recomendação da CDU - Construção de um Hotel**  
**em Ribeira de Abade (Valbom)**

Relativamente à proposta de recomendação supracitada apresentada pela CDU, o Grupo Municipal do CDS optou pela abstenção neste documento pelos seguintes motivos:

1. O CDS Gondomar desconhece por completo os pareceres da CCDRN e do IGAMAOT, bem como o contexto em que foi alterado o PDM neste local, o que poderá levar ao embargo total da execução obra pela Câmara Municipal de Gondomar, caso o parecer do IGAMAOT seja negativo, ou ainda o processo de investigação que decorre no Ministério Público que pode original um despacho do Tribunal em questão no mesmo sentido, ou seja, o embargo desta obra;
2. O CDS de Gondomar não tem rigorosamente nada contra a iniciativa privada, bem pelo contrário, nem contra a construção de mais Unidades Hoteleiras no Concelho que muita falta fazem, nomeadamente junto do Pavilhão MultiUsos de Gondomar de forma captar mais eventos para esta infra-estrutura municipal, ou ainda numa das Freguesias do Alto do Concelho, tendo em vista a dinamização turística que um Hotel nestas Freguesias poderia alavancar em termos económicos, aproveitando a imensa mancha verde de Gondomar, as nossas Praias Fluviais, o Parque das Serras, etc.

O Deputado Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Gondomar, 25 de Fevereiro de 2021  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)



----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. Discussão e votação das atas da sessão anterior (03-12-2020 e 10-12-2020).** -----

----- VOTAÇÃO DA ATA DE **03-12-2020**: Aprovada por **unanimidade.** -----

----- VOTAÇÃO DA ATA DE **10-12-2020**: Aprovada por **unanimidade.** -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Deputados(as) Senhores(as): Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Andrade Pinho da Silva, Carlos Miguel Pereira Taveira, Luís Filipe Ramos Fernandes e Manuel Pedro Ferreira Carvalho, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- **a) Mapa de Fluxos de Caixa – 1ª Revisão Orçamental 2021** -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Esta proposta é exemplo do que acontece todos os anos, costumava ser só em abril, mas a nova legislação contabilística prevê a possibilidade de incorporar o Saldo de Gerência após aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa e é o que estamos a fazer. -----

----- A proposta prevê, por um lado, a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa que, de grosso modo, é o documento contabilístico que tem uma fotografia de todas as entradas e saídas de dinheiro do Município neste ano contabilístico, depois é apurado o Saldo de Gerência e a seguir temos de aprovar esta Revisão Orçamental para incorporamos o Saldo de Gerência no atual Orçamento de 2021 e o que a Câmara fez foi uma distribuição do Saldo de Gerência pelas rubricas já existentes no atual Orçamento. -----

----- **MARIA OLINDA MOURA (CDU):** Leu e entregou declaração de voto, que adiante segue. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****1ª Revisão do Orçamento de 2021**

O Grupo Municipal da CDU votou contra a Proposta da 1ª Revisão Orçamental apresentada no ponto 2. a) da Ordem de Trabalhos porque, para além dos motivos apresentados aquando da discussão e votação do Orçamento e GOP para 2021, continua a acentuar-se nesta proposta a estratégia do reforço de verbas em rubricas opacas assinaladas como “outros bens” e “outros serviços” que, no conjunto desta Revisão, ultrapassa um milhão de euros. Esta estratégia, usada reiteradamente pela maioria PS no Executivo, dificulta a transparência necessária na gestão dos dinheiros públicos, manietando a função fiscalizadora da Assembleia Municipal.

Para além deste aspecto, uma outra questão releva para o voto contra da CDU: o facto de o saldo de gerência de 2020 revelar a incapacidade do Executivo, em maioria, em concretizar os projectos para os quais recebeu financiamento, o que, como desde sempre tem assinalado a CDU, revela da parte desta maioria grave falha de planificação no gasto devido aos dinheiros públicos.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 25 de fevereiro de 2021,

O Grupo Municipal da CDU

25. DEZ 2021



Asssembleia Municipal

----- **SARA SANTOS (BE)**: Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----

25.FEV.2021



### **Declaração de voto revisão orçamental**

Esta revisão orçamental que incide sob o orçamento aprovado na prévia assembleia municipal, continua sem responder aos problemas fundamentais e estruturais que deviam ser tanto vistos como revistos tendo em conta não só aos problemas do município como ao apoio mais incisivo que devia existir no momento pandémico que vivemos. Queremos também acrescentar que o documento deveria ter uma leitura mais simples e comparativo de forma a ser acessível para uma discussão mais profícua.

Os eleitos pelo Bloco de Esquerda

-----**JOÃO PEDRO FORTE (PS):** Relativamente a esta questão, acho que é claro para toda a gente e já aqui foi esclarecido, isto é apenas uma questão administrativa. Houve um atraso na execução de alguns projetos, houve constrangimentos relacionados com a questão da COVID-19. Os concursos públicos que atrasam em condições normais, neste momento têm mais constrangimentos e é natural que tenham reforçado os atrasos a que já estávamos a assistir. Isto é uma questão técnica, não é uma revisão política, estratégica ou de opções, para dar lugar à integração do saldo. -----

----- Não compreendemos muito bem as declarações de voto da proposta nem as intervenções que estão aqui a decorrer, mas informamos que o PS vai votar favoravelmente.

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Ao contrário do que aqui foi dito, se recordarem a discussão do ano passado, o Executivo foi criticado por ter rúbricas a mais com votações muito reduzidas e nós, tentando responder à crítica dos anos passados procuramos efetivamente acabar com essas várias dezenas de rubricas que tinham uma dotação reduzida e procuramos fazer o trabalho inverso. -----

----- Fizemos o trabalho inverso, recebemos a crítica ao contrário e, portanto, é difícil contentar críticas que mudam em função daquilo que fazemos e, portanto, assim realmente é difícil chegar ao encontro daquilo que é aqui dito. -----

----- No que diz respeito à incapacidade para cumprir a execução dos Fundos Comunitários eu quero esclarecer que não há nenhum projeto que tenha sido apoiado por Fundos Comunitários que esteja por fazer. Os atrasos que efetivamente se têm realizado são atrasos transversais a todos os Municípios e Câmaras Municipais, como aliás tem sido noticiado em toda a parte, mas de qualquer forma iremos continuar a fazer um esforço muito grande para cumprir e conseguir executar os fundos e apoios que já temos aprovados. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovado por **maioria**, com 25 votos a favor (21 PS + 4 VALENTIM), 8 votos contra (6 CDU + 2 BE) e 6 abstenções (1 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS). -----

----- **b) Mapa de Pessoal para o ano de 2021 – Primeira Alteração** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Esta alteração ao Mapa de Pessoal prende-se com a incorporação de vagas para cidadãos com deficiência ou incapacidades para que ao abrigo da legislação em vigor, possam ser incluídos com contrato a termo resolutivo incerto e possam também ter alguma estabilidade na sua atividade. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovado por **maioria**, com 38 votos a favor (21 PS + 4 VALENTIM + 6 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS) e 1 abstenção (VALENTIM). -----

----- **c) Terrenos – Desafetação de parcela de terreno com a área de 7,86m<sup>2</sup>, sita na rua dos Pereirinhas na Freguesia da Lomba – Proposta** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Isto é apenas uma pequena regularização de uma questão na Freguesia da Lomba, uma pequena área, que aqui está apresentada para ser apreciada e votada. -----

----- **MARIA OLINDA MOURA (CDU):** Já várias vezes dissemos nesta Assembleia que a informação sobre este tipo de situações, como afetações, desafetações, não chega como deve ser, pelo menos, aos Deputados da Assembleia Municipal, ou pelo menos à CDU. A fotocópia e as legendas não se percebem, para além de outros fundamentos que eu penso que estas questões deviam ter. -----

----- Há aqui uma dúvida que nos surge que vou tentar resumir. Segundo percebemos, alguém na Lomba que ocupa ilegalmente um terreno público com uma construção e a Câmara Municipal de Gondomar desafeta esse terreno para o poder vender a quem cometeu a ilegalidade. No fundo, não houve fiscalização? Há fiscalização nas obras

particulares ou não há? Isto não abrirá um precedente grave? Ou então não estamos a perceber a situação porque não há informação suficiente. -----

----- **RUI CORREIA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA LOMBA):** Esta situação deve-se a uma correção de áreas, de alinhamentos e respetiva legalização de uma habitação que, no passado, como muitas na Freguesia da Lomba e atualmente ainda existem, infelizmente, muitas ilegais e cabe-nos a nós resolver estas situações e ajudar as pessoas, esta é uma dessas situações e, de uma forma muito correta, está-se a corrigir a situação, são 7 m<sup>2</sup> mais ou menos, mas que tem de ser feito para que os alinhamentos sejam cumpridos relativamente a outras habitações ao lado e para resolver a situação desta habitação, como temos de resolver a de muitas outras que se encontram ilegais. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Para tentar esclarecer esta situação, esta proposta resulta de um processo de licenciamento que visava a legalização de uma construção ilegal e, antes de dizer mais alguma coisa, queria que os Senhores Deputados compreendessem que Gondomar tem, sem exagerar, ainda hoje, centenas de construções ilegais e que, muitas vezes, os serviços do Urbanismo têm dificuldade na legalização dessas construções. Quero que compreendam que cada legalização que fazemos, estamos a ajudar uma família, às vezes esquecemo-nos disso, mas é isso que fazemos. -----

----- Nós cumprimos a lei em todos esses processos, mas muitas vezes fazemos um esforço grande, pensando essencialmente no bom senso e pensando que estamos a ajudar uma família, porque sabemos que com o documento que é a licença de utilização, de certo modo, descansamos aquela família que sabe que um dia qualquer se acontecer um infortúnio esses bens podem ser vendidos ou passam para os filhos. Esta é que é a realidade, este processo significa essa realidade e o que temos de pesar é o seguinte, durante o processo de legalização quando os serviços se deslocaram ao local, o resultado da vistoria foi que

estavam a ser ocupados 7m2 que pertenceriam ao domínio público, portanto a única solução para legalizar, se entendermos por bem, desafetar o terreno do domínio público e integrá-lo no domínio privado municipal para que o requerente o possa adquirir e depois retomar o processo licenciamento, na verdade, olhando para a proposta não me parece que prejudique qualquer interesse público em desafetar aquele terreno e acreditem que, no fim, é uma família que fica descansada. -----

----- Eu tenho ido à Lomba com a ajuda do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, porque realmente na Lomba há várias construções nestas condições e a sensação que tenho é essa, cada um destes processos de licenciamento tem repercussões muito importantes em cada um dos proprietários e nas suas famílias. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovado por **maioria**, com 27 votos a favor (21 PS + 5 VALENTIM + 1 CDS), 2 votos contra (BE) e 10 abstenções (6 CDU + 4 PSD). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU foi apresentada declaração de voto, que adiante segue.



25. FEV 2021

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar  
gondomar.cdu@gmail.com

## Declaração de voto

### 2.c) “Terrenos – desafetação de parcela com a área de 7,86m<sup>2</sup>, sita na Rua das Pereirinhas, na freguesia da Lomba - Proposta

O Grupo Municipal da CDU absteve-se na votação da proposta supra referida, porque a mesma não é acompanhada de informação e fundamentação suficientes sobre a forma como a Câmara pretende regularizar a situação da ilegalidade reconhecida pela ocupação indevida do terreno com a construção nele existente.

Assembleia Municipal, Gondomar, 25 de fevereiro de 2021

O Grupo Municipal da CDU,



----- **d) Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Adesão e pagamento de quota**-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Já aqui há uns anos houve um convite para o Município de Gondomar aderir a esta Associação transfronteiriça de Municípios do Noroeste Peninsular, por motivos que eu agora não vos consigo precisar, não avançou essa decisão e a verdade é que continuamos a ser contactados. -----

----- Somos dos poucos Municípios do Grande Porto que não fazem parte desta Associação, cuja participação é relevante e será ainda mais relevante nesta altura em que a União Europeia irá financiar projetos de âmbito inter-regional e a adesão deste Município a esta Associação transfronteiriça é de extrema importância para o posicionamento Europeu, mas, acima de tudo, para ter acesso a fundos comunitários que esperamos que venham agora em maior força para o nosso país. -----

----- **VOTAÇÃO:** Aprovado por **maioria**, com 35 votos a favor (21 PS + 5 VALENTIM + 6 CDU + 2 BE + 1 CDS) e 4 abstenções (PSD). -----

----- **VALENTINA SANCHEZ (PSD):** Leu e entregou declaração de voto que adiante segue. ---

25.FEV.2021



Declaração de voto Ponto 2 alínea D - Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Consideramos esta Associação de bastante interesse, mas temos dúvidas quanto a capacidade deste executivo de gerir os projectos que daí possam advir, e dada toda a situação pandémica e económica em que nos encontramos, também não estamos seguros que seria a data adequada para esta adesão. O Partido Social Democrata abstém-se neste ponto.

O Partido Social Democrata

Pelos Membros da Assembleia Municipal:

Valentina Sanchez  
Telmo Viana  
Manuel Marques  
Rosa Gomes

----- e) “Lugares de estacionamento autorizado na via pública” – **Isenção total do pagamento das taxas – Para conhecimento** -----

----- **MANUEL PEDRO CARVALHO (CDS-PP)**: Queria um esclarecimento que tem a haver com a isenção dos parquímetros que foi anunciada até março, o apelo que eu faria aqui em nome do CDS e, uma vez que estamos em plena terceira vaga e confinamento que estará, segundo o que tem sido anunciado pelo Governo, estendido pelo menos até abril, eu pedia que fosse prolongada essa isenção até ao início do verão. -----

----- A Assembleia **tomou conhecimento**. -----

----- **JOÃO PEDRO SILVA (BE)**: Leu e entregou declaração que adiante segue. -----

25. DEZ 2021



### **Declaração– estacionamento**

Apesar de concordarmos com a proposta, achamos que o problema é estrutural e está no facto da concessão dos parquímetros e a cobrança dos mesmos não terem benefícios nem para a população que vive ou trabalha em Gondomar quer para a tesouraria da autarquia.

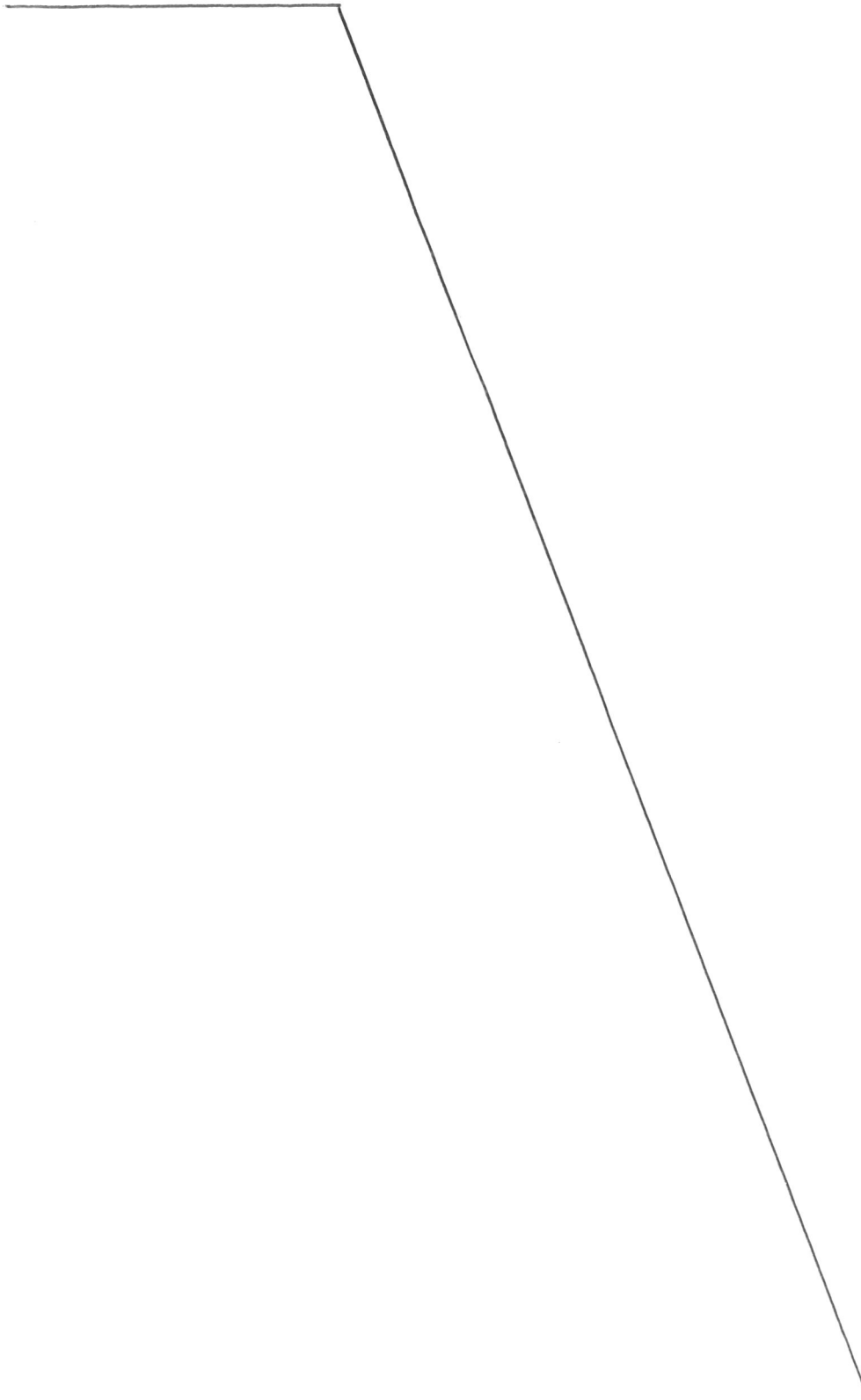
Os eleitos pelo Bloco de Esquerda

25. FEV 2021



Assembleia Municipal

----- **LUÍS FERNANDES (CDU)**: Leu e entregou declaração que adiante segue. -----



25. FEV 2021

**CDU**

Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar  
gondomar.cdu@gmail.com



**2.e) “lugares de estacionamento autorizados na via publica – isenção total do pagamento das taxas.**

Relativamente ao ponto 2.e) da ordem de trabalhos, “lugares de estacionamento autorizados na via pública – isenção total do pagamento das taxas”, a CDU valoriza a medida. No entanto não podemos deixar de notar que na opinião da CDU apenas se trata de uma medida de propaganda, uma vez que não se pode, por um lado, isentar os municípios do pagamento de taxas de estacionamento, até o fim do corrente ano e, ao mesmo tempo, este mesmo executivo PS ter decidido concessionar por mais 20 anos a gestão do estacionamento, triplicando o número de lugares pagos no concelho de Gondomar.

O executivo PS não pode utilizar como argumento que esta medida vai possibilitar o acesso de proximidade ao comércio local, dinamizando o mesmo, e em paralelo tomar decisões que agravam ainda mais as condições destes comerciantes, nomeadamente licenciar de forma desenfreada novos super e hipermercados, com parques gratuitos para os seus clientes, enquanto todos os lugares em seu redor são pagos a uma empresa concessionária dos mesmos.

Estas medidas criam cada vez mais dificuldades no acesso das populações aos principais núcleos de comércio do município, sendo políticas nefastas para os pequenos e microempresários (como tem sido comprovado ao longo destas concessões).

Valorizamos a medida de isenção de taxa, porque contribui positivamente para a população e para o comércio local, mas voltamos a reafirmar que consideramos que esta proposta apenas irá resolver parte dos problemas no imediato, voltando a ser novamente em 2022 mais um peso financeiro para os municípios, contribuindo ativamente para a degradação do comércio e empresas locais.

Gondomar, 25 de fevereiro de 2021

O Grupo Municipal da CDU,



----- **3. Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Plano de Atividades e Orçamento 2021 – Para conhecimento** -----

----- **MANUEL PEDRO CARVALHO (CDS-PP):** Queria pedir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, até porque está enquadrado no parque, um assunto que tem a haver com a poluição do Rio Sousa e não tem a haver com o Concelho de Gondomar, trata-se de um problema que já vem do Concelho de Paços de Ferreira e de Paredes, com descargas que Gondomar acaba por sofrer, porque o rio vem desaguar ao Rio Douro e acaba por o poluir com descargas provenientes de fábricas, ligações ilegais, o que eu pedia era que junto dos seus homólogos, dos Concelhos vizinhos, que encete diligências no sentido de regularizar esta questão, porque somos nós que estamos no fim de linha e estamos a levar com as águas residuais sem tratamento dos outros Municípios que nos penaliza essencialmente no Rio Sousa e no Rio Douro, com consequências no local onde é feita a captação de água e também bem perto da praia de Zebreiros, por exemplo. -----

----- **MANUEL MARQUES (PSD):** Eu começava por lembrar que o pedido de informação que eu fiz antes da ordem dia não foi respondido, que consiste em quais os apoios que estão a ser dados ao pequeno comércio, aos cafés, restaurantes e cabeleireiros, o Senhor Presidente não referiu nada sobre isso. -----

----- Relativamente a este ponto, a minha pergunta é qual é o valor da contribuição anual de Gondomar para esta Associação? -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** Relativamente à questão que o Senhor Deputado Pedro Carvalho colocou, esse contacto tem sido feito com os Senhores Presidentes da Câmara de Valongo, Paredes e Paços de Ferreira por mim e pelo Senhor Vereador do Ambiente que tem feito contactos muito mais dirigentes. -----

----- O problema tem a haver com a ETAR que está a montante, mas está decididamente melhor, contudo tem toda a razão. -----

----- Quanto ao Senhor Deputado Manuel Marques, basta abrir os documentos para ver qual é o apoio que a Câmara dá, mas são cerca de 50 000 euros por ano. -----

----- A Assembleia **tomou conhecimento**. -----

----- **4. Conselho Municipal da Educação de Gondomar – Eleição do Presidente da Junta/ União de Freguesias em representação das Freguesias do Concelho** -----

----- Pelo Grupo Municipal CDU foi indicado o Senhor Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira, Presidente da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, identificado como Lista A. -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS foi indicado o Senhor Nuno Filipe Brito da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, identificado como Lista B. -----

----- **VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO:** -----

----- **LISTA A** - 10 votos. -----

----- **LISTA B** – 25 votos. -----

----- **VOTOS EM BRANCO:** 4 votos. -----

----- A Lista B, correspondente ao Senhor Nuno Filipe Brito da Fonseca – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, foi aprovada por **maioria**. -----

----- **5. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, em conjugação com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (dezembro de 2020 a janeiro de 2021).** -----

----- A Assembleia **tomou conhecimento**. -----

----- **C) PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

----- Intervieram os Senhores munícipes: -----

----- **Luís Montenegro**, residente em Valbom, sobre a construção de um hotel na Ribeira de Abade, em Valbom. -----

----- **Alexandre Bastos**, residente em Valbom, sobre a construção de um hotel na Ribeira de Abade, em Valbom. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos às questões colocadas. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi esta minuta lida e aprovada por **unanimidade**. ----

----- A sessão foi encerrada à 1 hora e 15 minutos, do dia 26 de fevereiro de 2021. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

